

# PLANO DE ATIVIDADES 2017

## Património e Cultura como valores universais e locais em 2017

Desde 1931, data de assinatura da Carta de Atenas, 1º grande documento internacional sobre Património contamos com **mais 24 cartas e convenções internacionais** que procuraram promover e salvaguardar uma herança cultural comum, mas também reconhecer a sua diversidade.

Em pouco tempo – daqueles que são os tempos da História – novos tipos de passado, novos tipos de pessoas, novos tipos de mercados, novos tipos de consumidores, foram convocados para o **conceito de património**.

O reconhecimento da necessidade de colocar a **pessoa e os valores humanos** no centro de um conceito alargado e interdisciplinar de património cultural tem sido um enorme desafio.

Por todo o mundo, assistiu-se a uma transformação notável no sector cultural e artístico. Evidenciou-se o valor e as potencialidades de um património cultural bem gerido, enquanto fonte de desenvolvimento sustentável e também de qualidade de vida numa sociedade em constante evolução.

Cada um de nós possui uma **responsabilidade individual e coletiva** no processo contínuo de definição e gestão do património cultural.

O valor da atividade cultural para a vitalidade económica e para o desenvolvimento de comunidades sustentáveis é hoje reconhecido em vários documentos da UNESCO. Já a sua monitorização e medição carecem de instrumentos de apoio.

Este é um ano que se assume com algumas diferenças em relação a anteriores porque inserido no quadro de uma estratégia regional, aprovada a nível nacional e europeu, onde emerge destacado um eixo de investimento dedicado ao Património Cultural e Natural. Uma oportunidade que este organismo ajudou a construir com um mapeamento territorial dos projetos de intervenção prioritários e que certamente será um importante contributo para a afirmação cultural da região, pela previsão de possuímos um número expressivo de projetos de valorização patrimonial e cultural aprovados.

Todos os agentes regionais e locais, públicos e privados, devem assumir um papel activo naquele processo, na inventariação dos recursos, na sua salvaguarda e valorização, no conhecimento das diferentes comunidades (residentes e visitantes), na criação de condições de acolhimento, no apoio aos visitantes e na organização, na promoção de actividades e eventos, e na sua monitorização. Só assim, o património no seu sentido amplo pode ter um futuro.

O património cultural não é só passado, não é só material. O património cultural é dinâmico, tem um discurso histórico e uma memória, mas também possui uma experiência contemporânea. Assim e uma vez mais acontece a 4ª edição do DiVaM - Programa de Dinamização e Valorização dos Monumentos do Algarve, sob o tema “Lugares de Globalização” procurando criar um melhor conhecimento sobre a

candidatura a Património Mundial em curso à UNESCO com o mesmo título, e sobre a história e o património da região.

Outros projectos de interligação e partilha de âmbito nacional terão também desenvolvimento no Algarve, como é o caso do Orçamento Participativo (que inclui a Cultura) e dos Laboratórios Colaborativos entre Ciência e Cultura, que acolhemos, participamos e contribuímos.

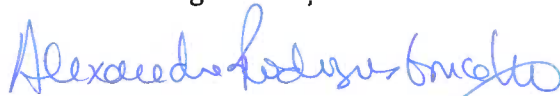
Outras boas práticas de modernização administrativa também acontecem através de candidaturas a novos sistemas de informação, ou com a adopção de projetos inovadores como é o caso das “Lojas com História” (iniciativa original da Câmara Municipal de Lisboa) para a região.

Somos também precursores, com a apresentação de candidaturas em rede para a salvaguarda da Dieta Mediterrânica e do nosso património cultural imaterial, ou na criação e implementação de uma parceria com a GNR e o seu comando territorial para a salvaguarda do património classificado em espaço rural.

Também pelo 3º ano consecutivo as tertúlias marcam a agenda da Direção Regional de Cultura do Algarve, com a organização conjunta das Bibliotecas da Universidade do Algarve e o apoio da FNAC- Fórum Algarve, que com o título de “Café com Letras” promete cruzar temas menos óbvios, sempre com a preocupação de uma visão literária, mas também de democratização cultural.

Com a consciência permanente das dificuldades existentes e de um diagnóstico que nos oferece uma realidade nem sempre fácil de ultrapassar, temos a convicção do grande desafio que é este caminho e de estarmos a falar de pilares essenciais e estruturantes para o desenvolvimento das pessoas e da nossa sociedade.

Alexandra Rodrigues Gonçalves



Diretora Regional da Cultura do Algarve

12.fevereiro.2017

## Caracterização do Ambiente Interno

A Lei Orgânica da Presidência do Conselho de Ministros – Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro – define no artigo 29.º as Direcções Regionais de Cultura como “serviços periféricos da PCM na área da cultura, que têm por missão, na sua área de atuação geográfica e em articulação com os organismos centrais da PCM, na área da cultura, a criação de condições de acesso aos bens culturais, o acompanhamento das actividades e a fiscalização das estruturas de produção artística financiadas pelos serviços e organismos da área da cultura, o acompanhamento das acções relativas à salvaguarda, valorização e divulgação do património arquitetónico e arqueológico, e ainda o apoio a museus”.

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio define no número 2 e 3 do artigo 2.º as atribuições das Direcções Regionais de Cultura. Estes serviços periféricos da administração direta do Estado, dotados de autonomia administrativa, atuam em duas áreas principais:

1. na salvaguarda e gestão do património cultural, com três vertentes: uma, de salvaguarda dos bens culturais móveis, imóveis e imateriais, uma outra, de gestão dos monumentos afetos e respetivos equipamentos culturais, e uma terceira, de apoio aos museus; e,
2. na promoção da criação artística, neste caso com duas vertentes uma de fiscalização das estruturas financiadas pelos organismos da PCM da área da cultura e uma outra, no apoio ao tecido cultural não profissional da sua área territorial.

O referido diploma legal de constituição das DRC's cria também o lugar de Diretor Regional e de Diretor de Serviços. Posteriormente, a Portaria n.º 227/2012, de 3 de agosto

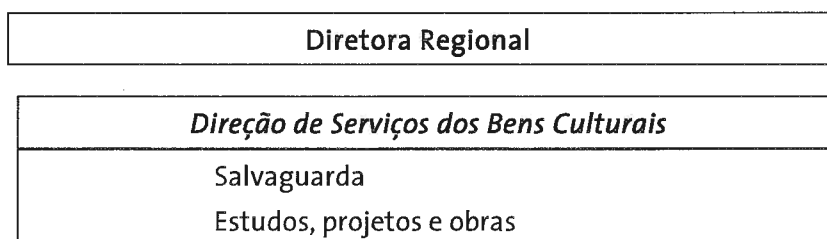
fixa o número de Unidades Orgânicas Flexíveis – que no caso da Direção Regional de Cultura do Algarve se traduziu em apenas 1.

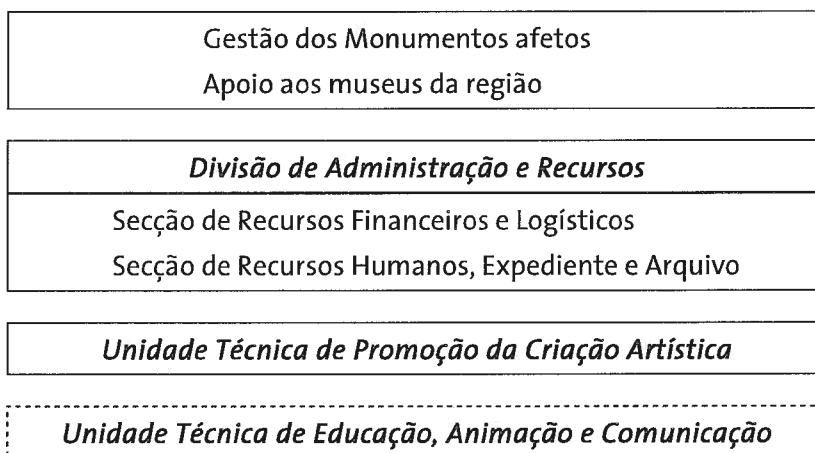
A Direção Regional de Cultura do Algarve criou por Despacho da Diretora Regional a seguinte unidade orgânica flexível: Divisão de Administração e Recursos (Despacho n.º 11147/2012, de 16 de agosto) (conforme figura n.º 1 que apresenta o actual organograma da Direção Regional da Cultura do Algarve).

#### Estrutura Orgânica:

A Direcção Regional de Cultura do Algarve possui oito monumentos afetos, dos quais quatro têm abertura regular ao público com bilheteira: ruínas romanas de Milreu (Faro); Monumentos megalíticos de Alcalar (Portimão), Ermida de Nossa Senhora da Guadalupe (Vila do Bispo) e Fortaleza de Sagres (Vila do Bispo). Um está inserido no âmbito de actuação da Câmara Municipal de Loulé e do seu Museu Municipal, o Castelo de Loulé (Loulé); outro tem protocolo de gestão partilhada com a Câmara Municipal de Albufeira e prevê-se a abertura regular ao público no corrente ano, o Castelo do Paderne (Albufeira) e outro está a ser gerido em conjunto com a Câmara Municipal de Portimão (Alcalar); as ruínas romanas da Abicada (Portimão) encontram-se sem abertura ao público; o Castelo de Aljezur (Aljezur) aguarda resposta à proposta de protocolo para gestão partilhada com a Câmara Municipal de Aljezur e encontra-se aberto sem bilheteira.

Figura n.º 1 – Organigrama da Direcção Regional da Cultura do Algarve



A DRC Algarve dispõe em 2017 para a prossecução dos seus objetivos, projetos e atividades, de um total de 43 trabalhadores inscritos no Mapa de Pessoal, aprovado, dos quais só 36 estão ocupados, que se caracterizam conforme o gráfico abaixo indicado.

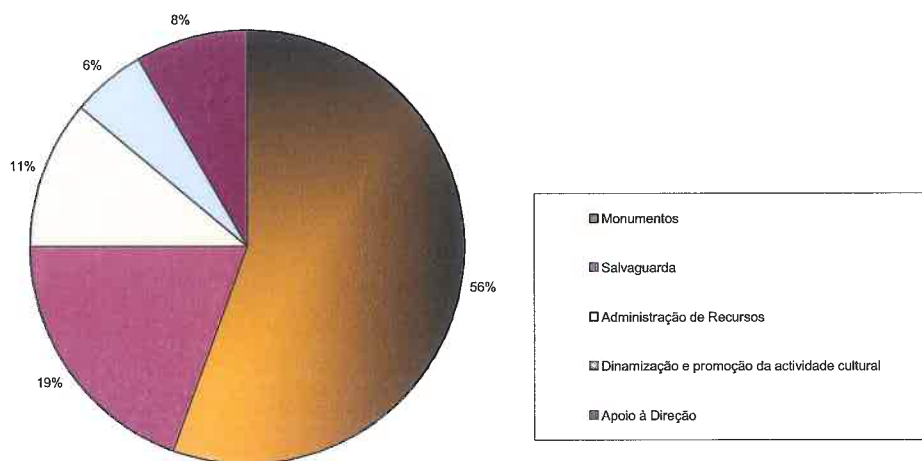


Figura n.º 1 – Distribuição dos colaboradores da DRCALG por áreas funcionais



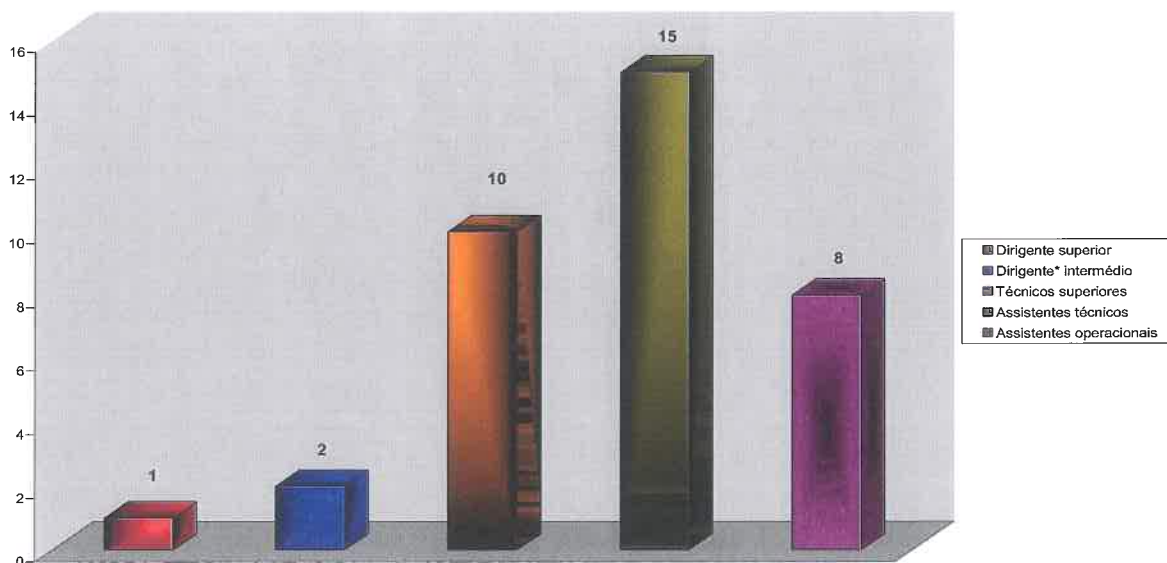


Figura n.º 3 – Distribuição dos colaboradores por categorias no Mapa de Pessoal 2017

(\*) Inclui Director de Serviços de Bens Culturais e Chefe de Divisão de Administração e Recursos

A distribuição dos colaboradores pelos espaços físicos sob gestão da Direção Regional efectua-se da seguinte forma:

1. Sede da Direcção Regional de Cultura em Faro: 3 dirigentes (1 Diretora Regional, 1 Diretor de Serviços, 1 Chefe de Divisão), 7 técnicos superiores, 4 assistentes técnicos e 2 assistentes operacionais.
2. Monumentos Afetos
  - 2.1 Fortaleza de Sagres: 3 técnicos superiores, 8 assistentes técnicos e 5 assistentes operacionais;
  - 2.2 Ruínas romanas de Milreu: 2 assistentes técnicos e 1 assistente operacional;
  - 2.3 Ermida de Nossa Senhora da Guadalupe: 1 assistente técnico.

Sobre os recursos humanos, em 2017 contamos preencher todos os lugares vagos do mapa de pessoal recorrendo a:



1. Mobilidade para 1 Técnico Superior na área de Gestão para execução de tarefas na área orçamental, aquisições de serviços e outras tarefas inerentes à DAR;
2. Mobilidade de 1 Jurista para o apoio à DAR e DSBC no cumprimento da legislação nas tarefas e procedimentos realizados;
3. Mobilidade de 1 arquiteto atendendo ao aumento de processos de obras e imóveis classificados a serem tratados pela DSBC;
4. A necessidade de 2 administrativos para a DSBC para apoio à Direção de Serviços e técnicos da DSBC e para a gestão dos monumentos, através de mobilidade;
5. Mobilidade de 1 assistente técnico para a DAR atendendo à necessidade de assegurar as tarefas da competência da DAR, nomeadamente atendimento ao público, apoio ao arquivo e aos processos de despesas;

#### Caraterização do Ambiente Externo:

A posição geográfica do Algarve coloca-o na ponta sul do país e por isso longe dos principais aglomerados populacionais, pelo que as dinâmicas associadas a estes recursos têm que envolver os visitantes – turistas da região para que consiga a afirmação que se pretende. Numa abordagem macro cultural, nos anos 90 do século XX verificou-se um elevado investimento, sobretudo de âmbito municipal que se prolongou até anos mais recente em novos equipamentos culturais.

A oferta de equipamentos conta com mais de 241 espaços culturais que incluem arquivos, bibliotecas, galerias, museus e salas de espectáculos (teatros, cineteatros, cinemas). Todos os municípios possuem pelo menos um espaço cultural ou uma galeria, ou um núcleo museológico.

A base de dados regional conta também com um número de mais de 304 instituições culturais, com actividade na região, ainda que esta informação careça de atualização.

Importa referir também que a rede de Bibliotecas Públicas abrange todos os municípios (com excepção de Monchique), a Rede de Museus do Algarve (que inclui todos os concelhos com museus, excluindo Monchique e Vila do Bispo).

Neste momento o Algarve conta apenas com 4 museus acreditados na Rede Nacional de Museus (Faro, Tavira, Portimão e Albufeira), mas outros 3 têm o processo iniciado. A Rede Regional de Museus por sua vez, tem um carácter informal e promove o desenvolvimento de projectos conjuntos, a partilha de experiências educativas e de formação entre museus, assim como, promove o intercâmbio técnico em várias áreas como é o caso da arqueologia e da conservação e restauro. Desde 2014, a Direção Regional da Cultura do Algarve também passou a integrar esta Rede e com frequência promove ações de formação destinadas aos técnicos dos museus.

Na sequência destas outras redes também os Arquivos se juntaram criando uma rede regional e prosseguindo objectivos semelhantes. Os teatros estão também a desenvolver um percurso semelhante assente sobretudo numa programação em rede.

Com revisão do regulamento dos Apoios ao Associativismo, tendo em vista a criação de critérios associados a uma definição de estratégia regional para a cultura e a separação dos Apoios à Edição, dos demais apoios à ação cultural. Esta separação permitiu a criação de uma linha editorial.

A concentração de atividades, de espaços e de agentes culturais na faixa litoral da região, que coincide com as áreas de maior densidade populacional, levaram à introdução de factores de ponderação na matriz que procuram dar contributos para um combate à desertificação cultural do interior e para uma maior democratização cultural.



Por outro lado, a responsabilidade da marca da Direção Regional da Cultura do Algarve no apoio às edições (livros, música e filmes) levou a que para além da separação destes apoios dos demais, se criasse uma comissão regional de especialistas para promover uma avaliação de base científica e académica dos trabalhos a apoiar anualmente.

As bandas filarmónicas, as casas do povo e os grupos folclóricos têm também uma representação mais homogénea na faixa central do Algarve e possuem um papel fundamental na manutenção e promoção dos valores culturais tradicionais pelo que têm merecido uma atenção nos apoios e actividades deste organismo.

Em termos de projectos artísticos de dimensão regional e âmbito profissional temos a destacar a ACTA – A Companhia de Teatro do Algarve que através do seu projecto educativo – o VaTe (Vamos apanhar o teatro) descentraliza as suas propostas levando ao interior e a comunidades de menor dimensão um autocarro que inclui um pequeno auditório para as representações; a Orquestra Clássica do Sul (antiga Orquestra Regional do Algarve), que é gerida pela Associação de Música do Algarve e que tem como associados 14 dos 16 municípios algarvios, bem como a Universidade do Algarve e a Região de Turismo do Algarve, com a mudança da designação a Associação está a trabalhar no sentido de ter como associados os Municípios do Alentejo, bem como a Região de Turismo do Alentejo e a Universidade de Évora; o Laboratório de Artes Criativas de Lagos, com forte presença das artes plásticas, das artes visuais, da música e da pintura e que promove residências artísticas com o apoio da DGArtes e o espaço alternativo que possui uma maior presença da dança – o CAPA – Centro de Artes Performativas do Algarve, gerido pela associação Devir em Faro.

De referir também o Conservatório Regional de Música do Algarve (em Faro), o Conservatório de Música de Albufeira, o Conservatório de Música de Olhão, o Conservatório de Vila Real de Santo António e um conjunto de várias Academias (com

grande destaque para Lagos, Portimão, Loulé e Tavira) que promovem o ensino artístico na região com especial enfoque na música. As bandas e grupos filarmónicos também possuem associadas escolas de música, o que possibilita uma ampla cobertura do território em termos de formação musical.

No domínio do património cultural, compete à Direção Regional de Cultura definir uma estratégia regional de intervenção no património cultural edificado e estabelecer prioridades para as ações de salvaguarda e valorização, já que tem entre as suas atribuições a elaboração de um Plano Regional de Intervenções Prioritárias, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do art.º 2.º do Decreto Lei n.º 114/2012, de 25 de maio.

Este Plano fundamenta a proposta anual, a apresentar à DGPC das intervenções em matéria de estudo e salvaguarda no património arquitectónico e arqueológico, bem como os programas e projetos, anuais e plurianuais, da sua conservação, restauro e valorização, procurando garantir, articuladamente com a entidade nacional de tutela, a promoção e execução das ações.

Desde Janeiro de 2010 que se iniciou a elaboração regular do Plano Regional de Intervenções Prioritárias para o Algarve/PRIPALG, com o levantamento do património em risco na região, o que tem permitido estabelecer prioridades regionais e definir investimentos e prazos de intervenção. Estas prioridades têm ajudado também a definir as intervenções dos municípios e contribuído para a seleção dos apoios a obras no âmbito do quadro de regional de financiamentos no âmbito do Programa Operacional Regional. A metodologia utilizada neste instrumento operativo tem privilegiado um diálogo com os Municípios e constitui-se como um documento aberto, sendo atualizado anualmente, facilitando uma ação regional concertada.

A partir de 2012, que em face das circunstâncias de remodelação dos serviços decorrente do PREMAC, se tem procedido apenas a uma atualização pontual da tabela de análise e ao restabelecimento ocasional de prioridades.

Os critérios de prioridade nas intervenções distinguem-se em duas vertentes: salvaguarda e valorização, e estabelecem três ordens de critérios de prioridade: de índole patrimonial, socioeconómica e material.

Realizado em cooperação com as autarquias da região, o PRIPALG identifica as necessidades de consolidação/conservação prioritária nos imóveis classificados de grau nacional.

No Algarve, o Estado Português administra diretamente oito destes «sítios», mediante a sua afetação à Direção Regional de Cultura do Algarve. São imóveis classificados como bens culturais de grau nacional, preservados e preparados de forma a possibilitar o acolhimento simultâneo de públicos diversificados, entre os quais, estudantes, visitantes e turistas.

Esses oito sítios desempenham um papel incontornável na programação de atividades de extensão cultural: na mediação de saberes, na conceção e curadoria de exposições, na qualificação das experiências de visita turística, na mobilização de recursos, mormente voluntariado e na angariação de financiamentos.

Figura n.º 4 – Caracterização do Ambiente Externo

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Clima ameno, hospitalidade e ambiente de segurança que se vive na região que contribuem para a atratividade turística da região e para para a fixação de estrangeiros residentes que possuem hábitos de consumo cultural</li><li>• Maior disponibilidade de trabalho em rede pelos diferentes níveis de organismos da administração pública de diferentes</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Dificuldades financeiras dos municípios que estrangulam a capacidade de investimento em programação cultural e o apoio ao associativismo nestas áreas</li><li>• Apoio às artes na região tem sido muito reduzido comparativamente ao resto do país e descontinuado em alguns projectos</li><li>• Desinvestimento da administração central numa Agenda regional de eventos com vista</li></ul>

- áreas
  - Taxas de crescimento muito positivas do turismo internacional devido às perturbações políticas e económicas de alguns mercados concorrentes
  - Tecido cultural jovem e dinâmico apesar das dificuldades de apoio
  - Oportunidade de cooperação transfronteiriça com a Andaluzia que revela interesse em trabalhar em projectos conjuntos de reabilitação e valorização patrimonial
  - Conjunto de equipamentos com boas condições de acolhimento de diversidade de eventos
  - Definição de estratégia conjunta entre a educação e a cultura em termos nacionais, estabelecendo-se como objectivo obrigatório a constituição do perfil cultural dos alunos ao longo da sua vida escolar
  - Presença na região da Universidade do Algarve que tem vindo a desenvolver o ensino mas também a investigação nos domínios das artes, do património e da cultura com capacidade e potencial de desenvolvimento
- à dinamização cultural do Algarve
  - Tecido cultural profissional muito débil e com dificuldade de circulação para fora do Algarve
  - Dificuldades de organização e mobilização dos movimentos de cidadania para o apoio voluntário nestas áreas
  - Incapacidade de investimento na salvaguarda do património cultural classificado da região por falta de investimento público (nível local, regional e nacional) mas também pela baixa comparticipação dos fundos europeus na região que obrigam a uma contrapartida pública muito elevada
  - Total desinteresse e apoio mecenático do tecido empresarial regional às artes, cultura e património

Neste contexto, de uma região ainda com assimetrias no acesso à cultura e aos bens culturais é de referir o papel das autarquias como fundamental quer na realização de infra-estruturas culturais, quer no apoio aos agentes culturais do respetivo concelho. Contudo, falta ainda conseguir mais projetos de complementaridade territorial, para que a região possa beneficiar do conjunto.

No decurso deste ano outros desafios na documentação e inventariação, e também no apoio à preservação do Património Cultural Imaterial da região do Algarve foram sendo desenvolvidos e em 2017 serão apresentadas novas propostas de inscrição no Inventário nacional do PCI.



As indústrias criativas também fizeram parte da agenda na relação com o CRIA da Universidade do Algarve e com a CCDR Algarve foram-se estreitando relações e apoio ao design e aos ofícios.

A continuação do 1.º Prémio Regional Maria Veleza, iniciado em 2014, que promove personalidades da região procurando contribuir para a afirmação e valorização da cultura na região.

O ano de 2017 será um ano de continuidade deste trabalho, procurando melhorar a estratégia de comunicação e o trabalho em rede.

Preocupam-nos o défice de apoio às actividades artísticas nos primeiros ciclos de ensino, a manutenção futura e a sustentabilidade das poucas estruturas profissionais existentes na região e a oportunidade de aparecimento de outras que possam contribuir para a qualificação artística e cultural da região, a incapacidade existente no momento dos municípios para apoiar as artes e a cultura, e a nossa dificuldade de investimento na manutenção e salvaguarda dos monumentos e do património classificado da região.

Na área do património cultural e da sua preservação e divulgação temos assistido a uma maior consciência deste recurso como uma riqueza endógena que pode e deve ser potenciada no *cluster* regional da cultura e do turismo. A realização de estudos, sobretudo no campo disciplinar da arqueologia, bem como a musealização de alguns sítios arqueológicos tem contribuído para a criação de rotas temáticas.





### Identificação dos Stakeholders:

No âmbito de atuação das DRC's definido pelo Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio, os principais *stakeholders* identificados e que contribuem, também, para o desenvolvimento da missão e/ou que são os seus destinatários identificam-se no quadro abaixo.

Figura n.º 5 – Caracterização do Ambiente Externo

Parceiros e Clientes
Tutela (Ministério da Cultura)
Secretaria-Geral do Ministério da Cultura
Organismos da Administração Pública Central e Regional, dos quais se destacam: - DGPC – Direção Geral do Património Cultural - DGArtes – Direção Geral das Artes; - GEPAC – Gabinete de Estratégia Planeamento e Avaliações Culturais; - DGAEP – Direção Geral Administração e Emprego Público; - DGeste (Direção de Serviço dos Estabelecimentos Escolares do Algarve).
Outros organismos regionais, dos quais se destacam: - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve; - Universidade do Algarve; - AMAL - Área Metropolitana do Algarve - RTA – Região de Turismo do Algarve Através da realização de projetos pontuais ou de parcerias mais alargadas na área patrimonial e de criação artística.
Agentes culturais profissionais – através do acompanhamento e avaliação das atividades apoiadas pelos organismos da área da cultura da PCM, nomeadamente a DG Artes.
Agentes culturais não profissionais – através do apoio ao associativismo cultural e à valorização e divulgação dos trabalhos de criação, produção e divulgação das artes na região.
Universidade do Algarve/Grupos de Investigação, Grupos de Ação Cultural e Biblioteca Central
A Diocese do Algarve, as Misericórdias do Algarve e outras entidades privadas detentoras de património classificado que carece de acompanhamento na análise dos seus projectos de intervenção.
As autarquias – como parceiras para a salvaguarda do património e para a realização de iniciativas conjuntas e apoio aos agentes culturais locais, bem como para a implementação de uma estratégia cultural regional.
Cidadãos e população em geral – através da análise de processo de obras, do apoio à classificação de imóveis, de emissão de certidões.
Visitantes dos monumentos afetos – através de inquéritos e de caixas de sugestões possibilitando a aferição do grau de satisfação dos mesmos.
População escolar – através da oferta de iniciativas na área da Educação Patrimonial.

### I. Tipificação dos Serviços fornecidos/ produtos/ destinatários:

Os serviços prestados pela Direcção Regional de Cultura do Algarve emanam das atribuições definidas nos números 2 e 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio. No desenvolvimento da sua actividade e no âmbito das atribuições identificadas a Direcção Regional de Cultura do Algarve presta os serviços enunciados no quadro seguinte e disponibiliza os seguintes produtos:

Figura n.º 6 – Serviços e Fornecedores

Direcção Regional de Cultura do Algarve		
Serviços	Principais produtos	Destinatários
Apoiar iniciativas culturais locais ou regionais que, pela sua natureza, correspondam a necessidades ou aptidões específicas da região e não integrem programas de âmbito nacional	Relatórios de acompanhamento e finais das iniciativas; Realização de edições; Divulgação na página WEB de iniciativas, facebook, blog e outros meios de divulgação	Associações culturais  Agentes culturais
Apoiar agentes, estruturas, projetos e ações de carácter não profissional nos domínios artísticos e da cultura tradicional	Regulamento de Apoio ao Associativismo; Relatório de análise das candidaturas; Relatório de acompanhamento e final das candidaturas; Realização de espetáculos, exposições, colóquios, edições; Publicitação na página WEB, facebook, blog e outros meios de divulgação	Associações culturais  Agentes culturais não profissionais
Assegurar o acompanhamento das atividades e a fiscalização das estruturas apoiadas pela área da cultura da PCM	Relatório de acompanhamento a entregar à DGArtes	Agentes culturais profissionais
Propor à DGPC o plano regional de intervenções prioritárias em matéria de estudo e salvaguarda do património arquitetónico e arqueológico	Elaboração e atualização do plano Publicitação na página WEB, facebook, blog e outros meios de divulgação	Autarquias  Direção Geral do Património Cultural
Assegurar, no âmbito das respetivas atribuições, a representação da DRC em sede da	Participação nas comissões de acompanhamento e emissão de pareceres	Autarquias  Comissão Coordenação

elaboração dos planos directores municipais bem como apoiar a DGPC na elaboração de estudos de impacte ambiental, dos planos de pormenor de salvaguarda e de reabilitação urbana e demais instrumentos de gestão territorial		Regional do Algarve  Direção Geral do Património Cultural
Acompanhar e fiscalizar a execução de intervenções nas zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação.	Emissão de pareceres	Direção Geral do Património Cultural
Pronunciar -se e submeter a apreciação da DGPC os estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados como monumento nacional ou interesse público, ou em vias de classificação, e nas zonas de proteção dos imóveis classificados afetos à DGPC.o	Emissão de pareceres	Direção Geral do Património Cultural
Instruir e submeter à apreciação da DGPC os processos de classificação e fixação das zonas especiais de proteção de imóveis de interesse nacional e de interesse público.	Emissão de pareceres	Direção Geral do Património Cultural
Acompanhar, as ações de salvaguarda e valorização do património arquitetónico e arqueológico.	Emissão de pareceres	Direção Geral do Património Cultural
Emitir parecer sobre planos, projetos, trabalhos e intervenções de iniciativa pública ou privada com impacto arqueológico.	Emissão de pareceres	Direção Geral do Património Cultural
Apoiar e colaborar na inventariação sistemática e atualizada dos bens que integram o património arquitetónico.e arqueológico.	Informação	Direção Geral do Património Cultural
Instruir e submeter à apreciação da DGPC os pedidos de autorização para a realização de trabalhos arqueológicos.	Instrução de processos	Direção Geral do Património Cultural
Fiscalizar e acompanhar os trabalhos arqueológicos autorizados pela DGPC.	Elaboração de relatórios	Direção Geral do Património Cultural
Gerir os monumentos afetos e	Assegurar a abertura dos monumentos à	População em geral

*AA*

assegurar as condições para a sua fruição pelo público	fruição pública Realização de materiais de divulgação e pedagógicos dos monumentos Realizar e execução de programas de manutenção dos monumentos Realização e execução de programas de Educação Patrimonial	Escolas
Realizar o processo instrutório de licenciamento de obras em imóveis e sítios classificados, ou em vias de classificação, nas respetivas zonas de protecção, bem como nas áreas com sensibilidade arqueológica, realizar processos instrutórios de propostas de classificação e instruir os processos de licenciamento de trabalhos arqueológicos.	Emissão de pareceres instrutórios para decisão vinculativa ou para envio à DGPC Emissão de pareceres e instrução de processos de classificação para decisão da DGPC Publicitação das consultas públicas, daí decorrentes na página Web, no facebook, no blog e noutros meios de divulgação	Autarquias locais População em geral
Dar apoio técnico, em articulação com a DGPC, a museus integrados na Rede Portuguesa de Museus e a outros localizados na região	Emissão de pareceres técnicos; Realização de visitas técnicas	Museus e entidades museológicas da região  Autarquias  Privados que façam a gestão de museus
Dar apoio técnico, em articulação com a DGPC, a processos de inventariação e registo do Património Cultural Imaterial	Emissão de pareceres técnicos; Realização de visitas de levantamento e registo das práticas e manifestações de PCI	Autarquias  Agentes culturais  População em geral
Emitir parecer sobre projetos enquadráveis no âmbito do mecenato cultural e sobre quaisquer outras matérias que lhe sejam solicitadas no âmbito dos serviços e organismos da área da cultura.	Emissão de pareceres técnicos Informações	Gabinete do Secretário de Estado da Cultura  GEPAC

## II. Objetivos Estratégicos:

Os objectivos estratégicos delineados para o ano de 2017, e nos quais se enquadram os objectivos operacionais a prosseguir no mesmo ano são os seguintes:

### **OE1: Valorizar o capital humano**

Objectivo Operacional OO8: Promover a formação profissional;

Objectivo Operacional OO9: Promover a medicina no trabalho

### **OE2: Assegurar a melhoria contínua no processo de cooperação regional**

Objectivo Operacional OO6: Concretizar parcerias que contribuam para a salvaguarda e valorização dos bens culturais e patrimoniais da região.

### **OE3: Melhorar a comunicação e o acesso à cultura**

Objectivo Operacional OO1: Melhorar os sistemas de informação e comunicação da DRCAlg

Objectivo Operacional OO2: Criar e continuar a desenvolver a imagem e linha editorial para as publicações e material promocional.

### **OE4: Salvaguardar, conservar e valorizar os bens culturais**

Objectivo Operacional OO3: Promover a salvaguarda, valorização e proteção do património cultural da região;

Objectivo Operacional OO6: Concretizar parcerias que contribuam para a salvaguarda e valorização dos bens culturais e patrimoniais da região;

Objectivo Operacional OO5: Promover o apoio e o acompanhamento das atividades culturais apoiadas na região.

### **OE5: Aumentar as receitas próprias**

Objectivo Operacional OO4: Aumentar as receitas próprias;

Objectivo Operacional OO6: Concretizar parcerias que contribuam para a salvaguarda e valorização dos bens culturais e patrimoniais da região.

### Objetivo Estratégico 1. Valorizar o capital humano

Objectivo Operacional OO8: Promover a formação profissional					
Nr.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Respon- sabi- lidade
		Meta	Indicador	Meio de verificação	
15	Ações de formação, seminários, workshops, sessões de esclarecimentos, entre outros, frequentados pelos trabalhadores da DRCAIG	40%	Taxa de Frequência (trabalhadores da DRCALG) em sessões formativas	Relatório de Atividades; RAF; Balanço Social	DAR
Objectivo Operacional OO9: Promover a medicina no trabalho					
Nr.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Respon- sabi- lidade
		Meta	Indicador	Meio de verificação	
16	Submissão dos trabalhadores a consulta médica no âmbito da segurança e saúde no trabalho.	40%	N.º de trabalhadores submetidos a consulta médica no âmbito da segurança e saúde no trabalho/N.º total de trabalhadores em 2017.12.31*100	Relatório de Atividades; Balanço Social; Contab; Processo Individual	DAR

### Objetivo Estratégico 2: Assegurar a melhoria contínua no processo de cooperação regional

Objectivo Operacional OO6. Concretizar parcerias que contribuam para a salvaguarda e valorização dos bens culturais e patrimoniais da região					
NR.	Actividades/Projectos	Indicadores			Respon- sabi- lidade
		Meta	Indicador	Meio de verificação	
12	Património Arquitetónico, Arqueológico e Paisagístico	2	Número de propostas de candidatura ou Integração de candidaturas de rotas temáticas.	Relatório de Atividades; Contab; Formulários	DSBC
13	Património Arquitetónico, Arqueológico e Paisagístico	7	Número de reuniões com	Relatório de Atividades;	DSBC



			entidades externas relativas a propostas de parceria.	Atas Reunião; Contab;	
--	--	--	--	--------------------------	--

### Objectivo Estratégico OO3: Melhorar a Comunicação e o Acesso à Cultura

Objectivo Operacional OO1. Melhorar os sistemas de informação e comunicação da DRCAIlg					
NR.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabi- lidade
		Meta	Indicador	Meio de verificação	
1	Realização de ações de comunicação internas e externas	4	Número de ações para melhorar comunicação interna e externa	Relatório de Atividades	DSBC/DAR
2	Monitorização trimestral	390.794	Número de visitantes de monumentos, sítios arqueológicos, museus, exposições e eventos de carácter cultural realizados nesses locais.	Relatório de Atividades / relatório de indicadores de desempenho das unidades homogéneas.	DSBC/DAR
Objectivo Operacional OO2. Criar e continuar a desenvolver a imagem e linha editorial para as publicações e material promocional					
NR.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabi- lidade
		Meta	Indicador	Meio de verificação	
3	Promoção e Divulgação	2	Número de edições publicadas pela DRCAIG.	Relatório de Atividades / Contab	DSBC

### Objectivo Estratégico 4: Salvaguardar, conservar e valorizar os bens culturais

Objectivo Operacional OO3. Promover a salvaguarda, valorização e proteção do património cultural da região					
NR.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabi- lidade
		Meta	Indicador	Meio de	



				<b>verificação</b>	
4	Património Arquitectónico, Arqueológico e Paisagístico	8	Número de procedimentos submetidos à DGPC de classificação de imóveis e ZEP.	Relatório de Atividades; Ulisses	DSBC
5	Património Arquitectónico, Arqueológico e Paisagístico	8	Número de acções de conservação, de restauro e de requalificação do património edificado.	Relatório de Atividades; Ulisses	DSBC
6	Património Arquitectónico, Arqueológico e Paisagístico	2	Número de acções de conservação, de restauro e de requalificação do património móvel e (móvel integrado).	Relatório de Atividades; Ulisses	DSBC
7	Património Arquitectónico, Arqueológico e Paisagístico	70%	Taxa de acompanhamento das intervenções de conservação, restauro e de requalificação do património edificado e móvel integrado realizadas na região (% de intervenções monitorizadas relativamente ao/N.º total (=100) de intervenções)	Relatório de Atividades; Ulisses; Atas/Livros de Obra	DSBC
8	Património Arquitectónico, Arqueológico e Paisagístico	70%	Taxa de acompanhamento dos trabalhos arqueológicos realizados na região (% de intervenções monitorizadas relativamente ao/N.º total (=100) de intervenções).	Relatório de Atividades;	DSBC
<b>Objectivo Operacional OO6. Concretizar parcerias que contribuam para a salvaguarda e valorização dos bens culturais e patrimoniais da região</b>					
NR.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabi- lidade
		Meta	Indicador	Meio de	



40

				<b>verificação</b>	
12	Património Arquitectónico, Arqueológico e Paisagístico	2	Número de propostas de candidatura ou Integração de candidaturas de rotas temáticas.	Relatório de Atividades; Contab; Formulários	DSBC
13	Património Arquitectónico, Arqueológico e Paisagístico	7	N.º reuniões com entidades externas relativas a propostas de parceria.	Relatório de Atividades; Atas Reunião; Contab;	DSBC

Objectivo Operacional OO5: Promover o apoio e o acompanhamento das atividades culturais apoiadas na região					
NR.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabilidade
		Meta	Indicador	Meio de verificação	
10	Apoio à criação artística nos vários domínios através do associativismo - Apoio à Ação Cultural	61	Numero de projetos de criação e produção artística/cinematográfica apoiados	Relatório de Atividades; Contab; Gerfip	DR/DAR
11	Apoio à criação artística nos vários domínios através do associativismo - Apoio à Ação Cultural	80%	Taxa de atividades próprias acompanhadas (% atividades próprias sobre as atividades acompanhadas *100	Relatório de Atividades; Contab	DR/DAR

**Objectivo Estratégico 5: Aumentar as receitas próprias**

Objectivo Operacional OO4 Aumentar as receitas próprias					
NR.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabilidade
		Meta	Indicador	Meio de verificação	
9	Gestão Administrativa	3%	Aumento da receita cobrada no ano de 2017, em comparação a receita orçamentada para o	Relatório de Atividades; GerFip	DAR



			ano de 2016 (Receitas cobradas em 2016/Receita orçamentada para 2017*100)		
Objectivo Operacional 006. Concretizar parcerias que contribuam para a salvaguarda e valorização dos bens culturais e patrimoniais da região					
NR.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabi- lidade
		Meta	Indicador	Meio de verificação	
12	Património Arquitetónico, Arqueológico e Paisagístico	2	Número de propostas de candidatura ou Integração de candidaturas de rotas temáticas.	Relatório de Atividades; Contab; Formulários	DSBC
13	Património Arquitetónico, Arqueológico e Paisagístico	7	N.º reuniões com entidades externas relativas a propostas de parceria.	Relatório de Atividades; Atas Reunião; Contab;	DSBC

### III. Atividades e Projetos:

Neste capítulo é apresentada a atividade e os projetos a desenvolver pela Direção Regional da Cultura do Algarve para 2017 através dos seus serviços em torno de 4 pontos principais:

1. Atividades/projetos que concorrem diretamente para a prossecução dos objetivos estratégicos;
2. Atividades/projetos que não estão diretamente relacionadas com objetivos estratégicos;
3. Atividades de suporte e correntes, que asseguram o normal funcionamento da organização e que são fundamentalmente da responsabilidade da DAR;
4. Atividade dos grupos de trabalho internos e de representação institucional.

#### **1. Atividades/projetos que concorrem diretamente para a prossecução dos objetivos estratégicos**

Destacamos as atividades e os projetos que consideramos indispensáveis tendo em consideração as necessidades e fragilidades específicas da região, bem como o orçamento de 2017. Assim, na área da salvaguarda e valorização do património.

##### **1.1 Na salvaguarda e valorização dos Bens Culturais:**

- **Projeto de Valorização e Requalificação do Promontório de Sagres** – um projeto com a contrapartida nacional assegurada pelo Programa de Intervenção de Turismo, do Turismo de Portugal e pelo PO Algarve 21 no eixo do Património Cultural. Garantir a execução (física e financeira);
- Consolidar o Promontório de Sagres como **Marca do Património Europeu**;



- Manter atualizado o PRIPALG, identificando as necessidades de conservação prioritária nos imóveis classificados de grau nacional localizados na região; indo além da vertente de salvaguarda, ambicionamos incluir no PRIPALG em 2017 as componentes de investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação no domínio das ciências e técnicas do património, dotando o Plano da necessária vertente de investigação e qualificação profissional aplicada ao património arquitetónico e arqueológico;
- Instruir os procedimentos de salvaguarda para licenciamento e acompanhar as intervenções e obras de conservação, de restauro e de requalificação nos imóveis classificados e localizados nas zonas de proteção e as intervenções no património móvel e móvel integrado;
- Instruir os procedimentos de autorização e monitorizar os trabalhos arqueológicos realizados na região;
- Acompanhar a preparação dos Planos Municipais de Ordenamento do Território e dos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental na área dos bens culturais e dos equipamentos de cultura;
- Atualizar e implementar os Planos de Manutenção dos Monumentos afetos, permitindo realizar um trabalho de conservação preventiva, com duas vantagens claras: conservar continuamente o património e aumentar a oferta de qualidade de visita aos monumentos, o que previsivelmente incrementará a receita;
- Desenvolver estudos e projetos e intervir em imóveis classificados afetos à DRC e em outros bens culturais classificados, imóveis e móveis integrados;
- Propor à DGPC e analisar propostas de classificação de bens culturais imóveis localizados na região e executar os procedimentos instrutórios de classificação e definição de Zonas Especiais de Proteção;

- Atualizar o inventário dos bens culturais imóveis da região e os dados referentes à sua titularidade e afetação, mantendo atualizada a respetiva cartografia georreferenciada e os conteúdos da base de dados do SI Ulisses;
- Apoiar o estudo, registo e inventariação de manifestações do Património Cultural Imaterial que possam contribuir para o reforço da identidade regional. Em colaboração com os museus da região, analisar propostas e executar os procedimentos instrutórios de inscrição de bens culturais imateriais no INPCI;
- Apoiar tecnicamente os Museus da Rede Portuguesa de Museus/RPM, da Rede de Museus do Algarve/RMA e outros museus e coleções visitáveis da região. Participar nas reuniões e grupos de trabalho da Rede de Museus do Algarve;
- Investir em produtos e conteúdos para os monumentos afetos permitindo o aumento de oferta e, conseqüentemente, da receita;
- Continuar a implementação de ações de articulação com o turismo e com as autarquias para a valorização e divulgação patrimonial, objetivando a valorização e divulgação do património cultural através dos seguintes projetos: Castelos do Algarve, Plataformas para as Artes, Património e Cultura – Algarviana; Barómetro Regional das Artes e Cultura (BRACAlg); Promoção do Turismo Sustentável no Baixo Guadiana - Castelos de Fronteira; Itinerário Virtual do Património Romano; Rotas do Património 'upgrade' da Rota de Al-Mutamid/Interreg V; 'upgrade' da Rota DESCUBRITER/Interreg V e Espaço Atlântico; preparação da candidatura Rota dos Castelos de Fronteira/Interreg V; Património Industrial Transfronteiriço;
- Preparar e coordenar projectos regionais que possibilitem a valorização do património religioso do Algarve em associação com o turismo (com entidades proprietárias, a AMAL, a Região de Turismo, o IEFP e a CCDRALgarve). Colaborar com as entidades titulares do património religioso na preparação de candidaturas

AB

de intervenção prioritária decorrentes do PRIPALG ao abrigo do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial. Promover o projecto de Valorização e Dinamização do património religioso do Algarve (em parceria com várias entidades: CCDRALg, AMAL, Universidade do Algarve, União das Misericórdias, Diocese do Algarve, IPDJ – Delegação Regional, IEF- Delegação Regional) (organização de candidatura ao novo PO regional), dirigido à valorização dos templos das comunidades religiosas do Algarve, corporizando o contributo da DRCAlg para o plano de TuRel e eventualmente para a iniciativa «Rota das Catedrais»;

- Prestar apoio técnico às Misericórdias existentes na região em conformidade com o Protocolo de colaboração estabelecido entre o SEC e a União das Misericórdias Portuguesas;
- Desenvolver o projeto «Articular para Intervir», corporizando o contributo da DRCAlg para o plano de salvaguarda da Dieta Mediterrânica, dinamizando ações em torno da salvaguarda deste PCI da Humanidade da UNESCO;
- Viabilizar através de investimento público intervenções em torno de rotas que podem contribuir para maior atratividade do património da região;
- Instruir os procedimentos de incorporação em museus da Rede Portuguesa de Museus relativos aos espólios procedentes de trabalhos arqueológicos efetuados na região;
- Gerir as reservas de materiais arqueológicos afetas à DRCAlg (materiais em depósito nas instalações da DRC) e preparar a instalar reservas de materiais arqueológicos afetas à DRCAlg em Aljezur, em Vila do Bispo e em Castro Marim mediante a implementação de protocolos com as CM de Aljezur, de Vila do Bispo e de Castro Marim;

- Continuar a monitorizar os acervos de materiais arqueológicos existentes em depósitos, coleções visitáveis e museus fora da região;
- Viabilizar a criação de um centro de reservas arqueológico do Algarve.

### 1.2. Na ação e educação cultural

Na área do apoio à acção e educação cultural e à criação artística, consideramos indispensáveis na persecução da nossa missão e atribuições:

- O apoio à **acção cultural** – uma atividade que permite apoiar diversos agentes culturais regionais e colmatar as assimetrias regionais;
- **Projetos de Educação Artística e Patrimonial** – permite uma forte relação com as comunidades e, sobretudo, o alargamento de novos públicos e novos cruzamentos culturais;
- **Promover ações de criação artística e de cruzamentos disciplinares** – aliando a contemporaneidade e a tradição;
- **Realização de iniciativas no âmbito do Programa de Dinamização e Valorização dos Monumentos (DIVaM)** a realizar nos monumentos afetos estando incluídas nas ações do programa quase duas dezenas de agentes culturais;
- Continuação da atribuição do **Prémio Maria Veleza**, iniciado em 2014;
- Continuidade do Concurso “Ler Com” em colaboração com a Direção de Serviços e Estabelecimentos Escolares do Algarve;
- Apoio a edições e a autores que promovam a história, património e cultura portuguesa;
- Continuidade de ofertas formativas aos técnicos de cultura, património, museus e turismo.

AR

### 1.3 Na estratégia e comunicação:

Na área dos instrumentos de gestão cultural estratégicos para a região:

- Promover e realizar estudo sobre os públicos culturais do Algarve;
- Dar continuidade à parceria com a Universidade do Algarve para o delinear da estratégia cultural regional;
- Publicar os relatórios das intervenções de conservação, restauro e reabilitação nos bens imóveis classificados e no património integrado;
- Promover a publicação de estudos científicos sobre os bens culturais da região.
- Produzir Guias, Roteiros e outros materiais de divulgação para os monumentos afetos;
- Promover a visita aos monumentos afetos, nomeadamente através do estabelecimento de protocolos de parceria com outras entidades;
- Participar na Feira da Dieta Mediterrânica (em Tavira).

### **2. Atividades/projetos que não estão diretamente relacionadas com objetivos estratégicos**

Desenvolvimento de Manual de Procedimentos para os vários serviços, pelos próprios e introdução de procedimentos de modernização administrativa que facilitem a acessibilidade do cidadão.

### **3. Atividades de suporte e correntes, que asseguram o normal funcionamento da organização e que são fundamentalmente da responsabilidade da DAR e da DSBC.**

Ao nível das atividades de suporte e correntes existem ainda as seguintes atividades e responsabilidades:



Actividade de suporte:		
Planeamento Interno		
Actividades/Projectos	Calendário/periodicidade	Responsabilidade
Atualização do plano anti-corrupção	2º Trimestre de 2017	DSBC/DAR
Preparação do plano de actividades	novembro/dezembro	DSBC/DAR
Recolha dos dados para monitorização do QUAR	outubro/novembro	DAR/DSBC
Elaboração do relatório de actividades	março/abril	DAR/DSBC
Preparação do Mapa de Pessoal Anual	Anual	DAR/DR
Preparação do Balanço Social	março/abril	DAR/DR
Entrega da conta de gerência	março/abril	DAR/DR

Actividades correntes:		
Actividades	Calendário/periodicidade	Responsabilidade
Reunião de coordenação interna	Trimestral	DSBC/DAR

#### 4. Atividade dos grupos de trabalho internos e de representação institucional.

A DRCAlg, pelas suas atribuições, desenvolve atividades de representação em estruturas nacionais. Nos quadros seguintes, está referida a atividade de representação nesses grupos e comissões de cooperação, com indicação das unidades orgânicas da DRCAlg que as asseguram, e ainda a atividade em grupos de trabalho internos com uma previsão do número de reuniões anuais.

Grupos de Trabalho Internos			
Conselho/Comissão/Grupo	Enquadramento	Unidade Orgânica	Nr. de reuniões (ano)
Comissão de Apoio à Edição	Comissão criada em 2014 com júri externo á DRCAlg para deliberação de apoios	Diretora e Dr. <sup>a</sup> Natércia Magalhães	03
Grupo do Património Religioso e Turismo	Grupo criado tendo em vista o desenvolvimento do património religioso em rede, com participação da	Diretora e Dr. <sup>a</sup> Natércia Magalhães	03



	Diocese do Algarve, da União das Misericórdias, IEFP e Região de Turismo do Algarve		
<b>Grupos de Trabalho Externos Nacionais e Regionais</b>			
Conselho/Comissão/Grupo	Enquadramento	Unidade Orgânica	Nr. de reuniões (ano)
Comissão de Acompanhamento regional da Dieta Mediterrânica/CCDrAlg e Presidente da Câmara Municipal de Tavira	Candidatura de Tavira à UNESCO e consagração como Património Imaterial da Humanidade	Diretora	04
GT PRVPS	Projeto de Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres	DSBC, DAR, Luciano Rafael, Cristina Farias, Luísa Leonor	10
Rede de Museus do Algarve (rede informal)	Rede criada no âmbito dos museus da região que inclui vários grupos de trabalho e procura dinamizar uma intervenção e investigação conjunta no território	DSBC	10
<b>Grupos de Trabalho Externos Internacionais</b>			
Conselho/Comissão/Grupo	Enquadramento	Unidade Orgânica	Nr. de reuniões (ano)
Secção de Património Arquitetónico e Arqueológico do CNC	CNC	Diretora	06-09
Secção de Museus, Conservação, Restauro e Património Imaterial do CNC	CNC	Diretora	06-09

A participação em comissões organizadoras e científicas nos domínios de encontros, seminários e workshops em torno do património e da cultura é também uma constante ao longo do ano, assumindo participação quer ao nível da Direção, quer dos técnicos especializados.

#### IV. Recursos Humanos e Financeiros:

Para o Orçamento de 2017 foi atribuído um valor total de € 1.008.978€ a que corresponde €932.669 de orçamento de Funcionamento e €76.309€ de orçamento de Investimento.

A Receita Própria proveniente da venda de bens e serviços, inscrita para 2017 totaliza € 750.000.

O Orçamento de Funcionamento desenvolve-se por Atividades e Projetos a saber:

##### No Domínio da Ação Cultural e Artística:

Atividades 106 – Qualificação, Promoção e Divulgação Cultural, com uma verba inscrita no total de € 195.421 suportada pelas FF 123 e 167 destinada a financiar:

- Ação Cultural e criação artística – Apoio à criação artística nos vários domínios através do associativismo;
- DiVaM (4ª edição do Programa de Dinamização e Valorização dos Monumentos do Algarve): Programação em rede dos Monumentos do Algarve envolvendo os agentes culturais da região dos vários domínios artísticos, com uma programação entre março e dezembro, que reduz intensidade durante os meses de julho e agosto, em que o turismo é muito acentuado e com outras motivações, assim como, outras ofertas muito alargadas. Projeto DiVaM – 2017 terá como tema central – O Património Imaterial e Raízes Mediterrânicas;
- Apoio através da ação cultural aos festivais e ciclos regionais de cinema desenvolvidos na região (cineclubes e outros);
- Apoio à organização de um Encontro de Orquestras Juvenis do Algarve (com a participação das Escolas de música e conservatórios do Algarve).

**Reforço público da importância da cultura para a região através de incentivos e espaços de debate:**



- Prémio Maria Veleda, criado em 2014, o Prémio promove personalidades que na região se tenham destacado na cultura, pela promoção de valores associados à igualdade de género e de oportunidades. Prémios – Mulheres criadoras de Cultura no Algarve, Estudos sobre Públicos de Cultura;
- Parceria "Café Com Letras": continuação do projecto de parceria com a Universidade do Algarve e a FNAC, que em conjunto programam connosco um encontro a cada primeira sexta-feira do mês, às 18h;
- Comemoração regional do Dia Nacional das Bandas Filarmónicas em parceria com a Fundação Inatel (2ª edição).

**Promoção do Livro, da Leitura e das edições de âmbito regional na relação com a cultura e o património da região;**

- Concurso "Ler Com" em colaboração com a Direção de Serviços e Estabelecimentos Escolares do Algarve;
- Continuação da Comissão de Apoio à Edição e das publicações no âmbito da linha editorial criada para a Direção Regional de Cultura do Algarve.

**Educação pelas Artes e pelo Património – Projetos Educativos:**

- Para\_Ti: Desenvolvimento de um projecto educativo associado às artes e ao património do Algarve destinado ao 1º ciclo e que tenha como objectivo contribuir para a integração de grupos desfavorecidos ou necessidades especiais educativas em parceria com a DGeste (dependente de financiamento por candidatura);
- Definição de projecto educativo associado ao património do Algarve (temas como património cultural imaterial e os castelos, fortalezas e fortificações).

**Na Formação dos Profissionais:**



Atividade 108 – Museus Património Móvel e Imaterial, com uma verba inscrita de € 6.900, suportada pela FF 123, para realização de Formações/Seminários – Continuação do apoio e promoção de ações de formação dirigidas aos técnicos das unidades museológicas da Rede de Museus do Algarve. Continuidade de ofertas formativas aos técnicos de cultura, património, museus e turismo e Candidatura " O Algarve na Dieta Mediterrânica".

### **Salvaguarda, valorização e proteção do património cultural: bens culturais imóveis**

Atividade 109 – Património Arquitetónico, Arqueológico e Paisagístico:

- Conclusão do Projeto de Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres (finalização das ações da 2.ª fase). Desenvolvimento da Exposição de longa duração do novo Centro Expositivo da Fortaleza de Sagres sobre "A Viagem";
- Instrução dos procedimentos de autorização e fiscalização e acompanhamento dos trabalhos arqueológicos na região;
- Apoio técnico e coordenação de projetos regionais que possibilitem a valorização do património religioso do Algarve em curso;
- Actualização anual do Plano Regional de Intervenções Prioritárias (PRIPAlg) com o apoio dos municípios do Algarve;
- Apoio e acompanhamento dos projetos de intervenção decorrentes do mapeamento desenvolvido e aprovado no âmbito do CRESC Algarve 2020 (PO Regional);
- Desenvolvimento dos procedimentos necessários à fixação e definição dos conteúdos das zonas de proteção dos imóveis classificados;
- Promoção de ações de divulgação e valorização dos bens imóveis e móveis sob gestão da DRCAlg.

**Rotas temáticas (com recurso a candidaturas a fundos como o Interreg 5A e PORegional):**

- Castelos do Algarve: Obras de valorização e consolidação dos Castelos do Algarve sob responsabilidade da DRCAlg: Paderne (com necessidade de salvaguarda urgente), Aljezur e Loulé. Desenvolvimento de ações de interpretação, promoção e divulgação da sua história;
- Rota de Al-Mutamid II: O Turismo Cultural como instrumento de valorização do património histórico e da cultura, bem como motor de desenvolvimento para o Alentejo, Algarve e Andaluzia. Trata-se da continuidade da Rota já iniciada com os parceiros da Andaluzia e acrescentando outros territórios e lugares;
- Fortificações de Fronteira: Fomento do Turismo Cultural Transfronteiriço Criação de um itinerário transfronteiriço correspondente a um conjunto das fortificações baixo e tardomedievais do sudoeste peninsular;
- Itinerário Virtual do Património Romano: Descrição das Ruínas Romanas de Milreu - Gestão da informação arqueológica utilizando as mais modernas metodologia adaptadas à arqueologia;
- Património Industrial Transfronteiriço: Inventário do Património Industrial. Elaboração de planos diretores de património. Congresso Transfronteiriço de gestão e proteção de património.

**Na Cooperação, Internacionalização e Comunicação – Cooperação Intraregional**

- Identificação de parcerias territoriais com vista à maior fiscalização e salvaguarda do património cultural em zonas de proteção (fora das zonas urbanas elaboração de protocolo com GNR, equipa do SEPNA).

*[Handwritten signature]*

**Na Promoção do desenvolvimento e da participação em parcerias e redes que possibilitem um trabalho conjunto entre vários níveis de administração e equipamentos culturais, e Desenvolvimento de narrativas culturais, patrimoniais e artísticas em rede:**

- Apoio a projecto de criação artística que tem por base a criação de uma proposta de criação nova conjunta para uma rede de equipamentos que possa circular pelos auditórios do Algarve até fora da região;
- Rede regional de património religioso e turismo (Diocese, União de Misericórdias, AMAL, IEFEP, UALG, CCDR e DRCAlg), com vista à promoção de candidaturas ao PO regional que viabilizem a interpretação, valorização e interpretação deste património no Algarve;
- Continuação da participação na rede dos Museus do Algarve e na rede "articular para intervir" criada pela CCDRALg no âmbito da Dieta Mediterrânica, Património da Humanidade.

**Na Continuação da afirmação e reconhecimento europeu e internacional do património e cultura do Algarve:**

- Divulgação e promoção do Promontório de Sagres como Marca do Património Europeu;
- Desenvolvimento da candidatura conjunta dos "Lugares da Primeira Globalização" a Património Mundial como forma de salvaguarda e valorização da história e do património associado ao Algarve como território de descoberta do 'Novo Mundo'. Constituição do modelo de gestão e do grupo de trabalho que envolve 8 municípios da região.

**Inovação, conhecimento e serviços – Modernização da comunicação em Cultura e desenvolvimento de plataformas de TIC e indicadores para a Cultura, Artes e Indústrias Criativas:**

Esta Atividade é suportada pelas FF 123, 129, 169 e 218, num total de €3.227.942€.

- Barómetro Regional das Artes e Cultura: Criação de um Barómetro Regional para as Artes e Cultura do Algarve (BRACALG) (informação estatística) – integração em candidatura conjunta ao PO Regional de um projecto com vista à sistematização de vários indicadores para medir e avaliar a Cultura e as ICC na região, que seria de interesse desenvolver com recurso a várias parcerias: CRIA/Universidade do Algarve, CCDRALg, INE, DRCAIlg;
- Plataforma de promoção das Artes, Património e Cultura – Algarviana: Criação de uma Plataforma Digital Regional das Artes e Cultura (identificação e georreferenciação dos equipamentos, monumentos, vestígios arqueológicos, das rotas, agenda, associações, empresas, associações, produção cultural e indústrias culturais e criativas na região);
- Agenda Regional para a Cultura (Cultura +): Projeto intermunicipal de agregação das agendas municipais e de mais organismos dinamizadores de oferta cultural na região Plataforma digital. Parceiros: AMAL/Municípios/DRCAIlg/RTA.

Atividade 258 – Gestão Administrativa – suporta todos os encargos com Pessoal, funcionamento corrente, bem como os projetos co-financiados Promoção do Turismo Sustentável no Baixo Guadiana – Castelos de Fronteira; Itinerário Virtual do Património Romano; Al-mutamid II – Despesas pessoal e Património Industrial Transfronteiriço, pelas FF 111, 123, 167 e 221, num total de €1.382.176.



Dividindo-se da seguinte forma os encargos com pessoal:

FF 111 – Encargos com Pessoal – € 900.452

FF 123 – Encargos com Pessoal – € 177.209

FF 167 – Encargos com Pessoal – €7.500

FF 221 – Encargos com Pessoal – €22.500

Destacamos no Orçamento os seguintes projetos co-financiados a saber:

O projeto de “Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres (2ª fase)”, com a seguinte divisão:

FF 129 – PIPITAL – € 500.000

FF 169 – PIT – € 1.239.335

FF 216 – FEDER CRESC Algarve 2020 – 1.095.744

O projeto da Promoção do Turismo Sustentável no Baixo Guadiana – Castelos de Fronteira – “Itinerário Cultural das paisagens e castelos Baixo e Tardomedievais do sudoeste peninsular”:

FF 167 – € 2.500

FF 221 – € 7.500

O projeto Itinerário Virtual do Património Romano:

FF 167 – €2.500

FF 221 – €7.500

O projeto Al-mutamid II – Despesas pessoal:


FF 167 – €2.500

FF 221 – €7.500

O projeto Património Industrial Transfronteiriço:

FF 167 – €2.500

FF 221 – €7.500



No orçamento de Investimento, projeto 1052 temos os seguintes valores:

FF 151 – €76.309

FF 216 – €111.672

Estas verbas são suportar os encargos com os seguintes projetos no âmbito do CRESC 2020:

- ALG-04-2114-FEDER-000005 – Intervenção de Conservação e Restauro no Portal Principal da Sé de Silves;
- ALG-04-2114-FEDER-000009 – Monumentos Megalíticos de Alcalar: reabilitação do Monumento Alcalar 9 e Área Envolvente;
- ALG-04-2114-FEDER-000010 – Programa de Conservação e Requalificação das Ruínas Romanas de Milreu.

Para além destas candidaturas ao CRESC 2020 temos ainda a saber:

- ALG-04-2114-FEDER-000001 – Projeto de Conservação e Restauro dos Módulos de Taipa Almóada do Castelo de Paderne – Torre Albarrã e Muralhas – suportada por Receita Própria e Mecenato e CRESC 2020;
- ALG-04-2114-FEDER-000011 – Centro Expositivo Multimédia dos Descobrimentos Portugueses – suportado pelos apoios PIT, PIPITAL e CRESC 2020;
  - a. Orçamento de funcionamento (documento em anexo);
  - b. Mapa de pessoal (em anexo).

Relativamente aos recursos humanos, para 2017 temos um mapa de pessoal aprovado com 48 trabalhadores, correspondente a mais 5 postos de trabalho.

Vamos desencadear os procedimentos para a colocação em regime de mobilidade de 4 Técnicos Superiores e 3 Assistentes Administrativos, com base no n.º 1 do art.º 29.º da Lei 35/2014 de 20/06 – "Os órgãos e serviços prevêem anualmente o respetivo mapa de

peçoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução."

### c. Plano de Formação (em anexo)

Para o Plano de Formação 2017, a Direção Regional de Cultura do Algarve dispõe da seguinte verba:

- €2.300 - Formação TIC (GERFIP e outros);
- €2.300 - Formação Outros.

## V. Conclusão:

### V.1 Metodologia de trabalho

O processo de elaboração do Plano teve início com a informação junto dos técnicos superiores e coordenadores sobre a necessidade de recolha de dados para promover o levantamento, em todas as Unidades Orgânicas, dos dados dos respetivos projetos e atividades a desenvolver em 2017, bem como dos recursos necessários à sua implementação, quer fossem da exclusiva responsabilidade de cada unidade orgânica, quer tivessem uma responsabilidade partilhada.

A informação obtida foi sistematizada e harmonizada, num processo de diálogo com as unidades orgânicas e foi sendo submetida à apreciação superior, tendo daí resultado o presente documento final, associado à proposta de orçamento e a definição das opções para a cultura na região.

A coordenação do processo de elaboração do presente Plano de Atividades foi da responsabilidade da Directora Regional, com o apoio da DAR (Divisão de Administração

de Recursos) para a recolha os dados respeitantes aos recursos humanos e financeiros, e do Director de Serviços de Bens Culturais (DSBC) para a definição das actividades e projectos associados aos bens culturais.

## **V.2 Considerações finais**

O plano de actividades é um documento principal de orientação da atuação da Direção Regional pelo que reflecte não só a atividade a desenvolver, mas também as condicionantes da mesma, pelo que se sistematizam alguns pontos críticos identificados.

### **Dificuldades/Constrangimentos:**

- Uma das principais dificuldades resulta do elevado investimento público que deve ser efectuado anualmente para a preservação e manutenção do sítio pelas características da envolvente ambiental que tornam o clima muito agreste à salvaguarda dos seus equipamentos;
- A escassez de fundos públicos e de mecenato cultural na região dificultam a angariação de outras fontes de financiamento.

### **Trunfos/Oportunidades:**

- Tem havido um esforço conjunto da CCDR Algarve e do Turismo de Portugal para a disponibilização de fundos comunitários e de investimento nacional, tendo em vista a salvaguarda e a valorização deste Património que se acredita da Humanidade;
- Existe uma relação de grande proximidade com a autarquia local (Vila do Bispo) e têm sido feitas boas parcerias no desenvolvimento de visitas de estudo e de actividades tendo em vista a sensibilização e promoção do local como património de valor universal;
- Sagres é reconhecido como um sítio 'must-see' pelos operadores turísticos e pelo turismo da região, e os seus valores culturais e ambientais têm sido objecto de promoção pelas várias entidades locais e regionais com responsabilidades na região nestes domínios, incluindo Associações de Desenvolvimento Regional que aí associam eventos

com dinâmicas de turismo de natureza e ecoturismo, como é o caso do Festival do Bird Watching e da Bienal do Turismo de Natureza.

Relativamente à concretização da proposta deste Plano de Atividades, nestas notas finais gostaríamos de reforçar quatro aspetos que nos parecem fulcrais no cumprimento da nossa missão e das nossas atribuições:

1. a necessidade de preencher o Mapa de Pessoal, respetivamente nas áreas da salvaguarda e da receção e vigilância dos monumentos;
2. a necessidade de investirmos na manutenção corrente dos monumentos afetos, permitindo evitar futuras intervenções de fundo muito mais onerosas;
3. a necessidade de diversificar e dinamizar a oferta dos produtos culturais das lojas para aumentar a receita;
4. a necessidade de concretizar a 2.ª fase do projeto de “Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres”, uma vez que o investimento será na totalidade suportado pelo Programa de Intervenção do Turismo e por fundos comunitários, através do QREN.

Conscientes da necessidade de contribuir para a diminuição do défice do Estado, finalizamos, informando de que apesar desses constrangimentos a preocupação na elaboração desta proposta de Plano de Atividades foi a de manter a qualidade do serviço público prestado. No entanto, a diminuição da capacidade de investimento na região penaliza o cumprimento da nossa missão e atribuições e faz perigar a atividade cultural regional e a salvaguarda e valorização do património.

Na definição deste plano e orçamento tentou-se assegurar os mínimos aceitáveis de apoio à atividade cultural na Região através da manutenção da verba do apoio à Ação Cultural e de minorar a quase ausência de verba para a manutenção e valorização dos monumentos afetos, bem como para intervir nos edifícios prioritários definidos no Plano Regional de Intervenções Prioritárias. Importa, igualmente, mencionar a ausência de orçamento de investimento para a possibilidade de candidatura ao CRES 2014-2020.

Faro, 14 de Fevereiro de 2017

A Diretora Regional,



*Alexandra Rodrigues Gonçalves*

Mapa do orçamento Inicial Despesa  
2017

Prog.	Med.	Act\Proj	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Dotação Inicial
009	036	106	D.02.02.20.E0.00	OUTROS	27.921,00
*	009	036	D.02.02.20.E0.00		27.921,00
009	036	108	D.02.02.16.00.00	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	716,00
*	009	036	D.02.02.16.00.00		716,00
009	036	108	D.02.02.20.E0.00	OUTROS	3.580,00
*	009	036	D.02.02.20.E0.00		3.580,00
009	036	258	D.01.01.03.00.00	PESSAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA	466.663,00
*	009	036	D.01.01.03.00.00		466.663,00
009	036	258	D.01.01.09.00.00	PESSAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	146.693,00
*	009	036	D.01.01.09.00.00		146.693,00
009	036	258	D.01.01.10.00.00	GRATIFICAÇÕES	1.342,00
*	009	036	D.01.01.10.00.00		1.342,00
009	036	258	D.01.01.11.00.00	REPRESENTAÇÃO	15.409,00
*	009	036	D.01.01.11.00.00		15.409,00
009	036	258	D.01.01.14.SN.00	SUBSIDIO NATAL	51.024,00
*	009	036	D.01.01.14.SN.00		51.024,00
009	036	258	D.01.02.02.00.00	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	2.000,00
*	009	036	D.01.02.02.00.00		2.000,00
009	036	258	D.01.02.02.00.00	AJUDAS DE CUSTO	2.500,00
*	009	036	D.01.02.04.00.00		2.500,00
009	036	258	D.01.02.05.00.00	ABONO P/ FALHAS	7.248,00
*	009	036	D.01.02.05.00.00		7.248,00
009	036	258	D.01.02.14.00.00	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE	4.000,00
*	009	036	D.01.02.14.00.00		4.000,00
009	036	258	D.01.03.03.00.00	SUBSIDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	814,00
*	009	036	D.01.03.03.00.00		814,00
009	036	258	D.01.03.05.A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	173.082,00
*	009	036	D.01.03.05.A0.A0		173.082,00
009	036	258	D.01.03.05.A0.A0	SEGURANÇA SOCIAL	7.522,00
*	009	036	D.01.03.05.A0.A0		7.522,00
009	036	258	D.06.02.03.A0.00	OUTRAS	22.155,00
*	009	036	D.06.02.03.A0.00		22.155,00
**	009	036			932.669,00
***	009				932.669,00
*****			F. Finan. 111		932.669,00

Mapa do orçamento Inicial Despesa  
2017

Prog.	Med.	Act\Proj	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Dotação Inicial
* 009	036	106	D.02.02.20.E0.00	OUTROS	44.850,00
* 009	036	106	D.02.02.20.E0.00	OUTROS	44.850,00
* 009	036	106	D.04.07.01.00.00	INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS	160.000,00
* 009	036	106	D.04.07.01.00.00	OUTRAS	160.000,00
* 009	036	106	D.04.08.02.B0.00	OUTRAS	5.000,00
* 009	036	106	D.04.08.02.B0.00	OUTRAS	5.000,00
* 009	036	108	D.02.02.16.00.00	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	1.150,00
* 009	036	108	D.02.02.16.00.00	OUTROS	1.150,00
* 009	036	108	D.02.02.20.E0.00	OUTROS	5.750,00
* 009	036	258	D.01.01.03.00.00	PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA	11.207,00
* 009	036	258	D.01.01.03.00.00	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	11.207,00
* 009	036	258	D.01.01.09.00.00	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	44.674,00
* 009	036	258	D.01.01.09.00.00	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	48.038,00
* 009	036	258	D.01.01.13.00.00	SUBSIDIO FERIAS	48.038,00
* 009	036	258	D.01.01.14.SF.00	SUBSIDIO FERIAS	55.205,00
* 009	036	258	D.01.01.14.SF.00	SUBSIDIO FERIAS	55.205,00
* 009	036	258	D.01.01.14.SN.00	SUBSIDIO NATAL	4.182,00
* 009	036	258	D.01.01.14.SN.00	SUBSIDIO NATAL	4.182,00
* 009	036	258	D.01.03.05.A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÓES	13.903,00
* 009	036	258	D.01.03.05.A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÓES	13.903,00
* 009	036	258	D.02.01.02.00.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	10.350,00
* 009	036	258	D.02.01.02.00.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	10.350,00
* 009	036	258	D.02.01.04.00.00	LIMPEZA E HIGIENE	10.350,00
* 009	036	258	D.02.01.04.00.00	LIMPEZA E HIGIENE	2.169,00
* 009	036	258	D.02.01.07.00.00	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	345,00
* 009	036	258	D.02.01.07.00.00	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	345,00
* 009	036	258	D.02.01.08.A0.00	PAPEL	690,00
* 009	036	258	D.02.01.08.A0.00	PAPEL	690,00
* 009	036	258	D.02.01.08.B0.00	CONSUMÍVEIS DE IMPRESSAO	690,00
* 009	036	258	D.02.01.08.B0.00	CONSUMÍVEIS DE IMPRESSAO	2.300,00
* 009	036	258	D.02.01.08.C0.00	OUTROS	2.300,00
* 009	036	258	D.02.01.08.C0.00	OUTROS	1.639,00
* 009	036	258	D.02.01.16.00.00	MERCADORIAS PARA A VENDA	1.639,00
* 009	036	258	D.02.01.16.00.00	MERCADORIAS PARA A VENDA	6.900,00
* 009	036	258	D.02.01.21.00.00	OUTROS BENS	6.900,00
* 009	036	258	D.02.01.21.00.00	OUTROS BENS	6.270,00
* 009	036	258	D.02.02.01.A0.00	AGENCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	6.270,00
* 009	036	258	D.02.02.01.A0.00	AGENCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	59.823,00
* 009	036	258	D.02.02.02.00.00	LIMPEZA E HIGIENE	59.823,00
* 009	036	258	D.02.02.02.00.00	LIMPEZA E HIGIENE	18.975,00



Mapa do orçamento Inicial Despesa  
2017

Prog	Med.	Act\Proj	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Dotação Inicial
009	036	258	D.02.02.03.00.00	CONSERVAÇÃO DE BENS	44.906,00
*	009	036	D.02.02.03.00.00		44.906,00
009	036	258	D.02.02.06.00.00	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	12.535,00
*	009	036	D.02.02.06.00.00		12.535,00
009	036	258	D.02.02.09.A0.00	ACESSOS A INTERNET	2.990,00
*	009	036	D.02.02.09.A0.00		2.990,00
009	036	258	D.02.02.09.C0.00	COMUNICAÇÕES FIXAS DE VOZ	805,00
*	009	036	D.02.02.09.C0.00		805,00
009	036	258	D.02.02.09.D0.00	COMUNICAÇÕES MOVEIS	1.150,00
*	009	036	D.02.02.09.D0.00		1.150,00
009	036	258	D.02.02.09.F0.00	OUTROS SERVICOS DE COMUNICACOES	2.300,00
*	009	036	D.02.02.09.F0.00		2.300,00
009	036	258	D.02.02.10.00.00	TRANSPORTES	1.840,00
*	009	036	D.02.02.10.00.00		1.840,00
009	036	258	D.02.02.11.00.00	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	1.725,00
*	009	036	D.02.02.11.00.00		1.725,00
009	036	258	D.02.02.12.B0.00	OUTRAS	4.014,00
*	009	036	D.02.02.12.B0.00		4.014,00
009	036	258	D.02.02.13.00.00	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	10.166,00
*	009	036	D.02.02.13.00.00		10.166,00
009	036	258	D.02.02.15.A0.00	TECNOLOGIAS DA INFORMACAO E COMUNICACAO - TIC	2.300,00
*	009	036	D.02.02.15.A0.00		2.300,00
009	036	258	D.02.02.15.B0.00	OUTRAS	2.300,00
*	009	036	D.02.02.15.B0.00		2.300,00
009	036	258	D.02.02.17.00.00	PUBLICIDADE	3.450,00
*	009	036	D.02.02.17.00.00		3.450,00
009	036	258	D.02.02.18.00.00	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	840,00
*	009	036	D.02.02.18.00.00		840,00
009	036	258	D.02.02.19.A0.A0	IMPRESSORAS/FOTOCOPIADORAS/SCANNER	575,00
*	009	036	D.02.02.19.A0.A0		575,00
009	036	258	D.02.02.19.B0.00	SOFTWARE INFORMATICO	4.313,00
*	009	036	D.02.02.19.B0.00		4.313,00
009	036	258	D.02.02.19.C0.00	OUTROS	20.369,00
*	009	036	D.02.02.19.C0.00		20.369,00
009	036	258	D.02.02.20.A0.C0	OUTROS	2.875,00
*	009	036	D.02.02.20.A0.C0		2.875,00
009	036	258	D.02.02.20.B0.00	PAGAMENTOS A ESPAP, I.P.	45.195,00
*	009	036	D.02.02.20.B0.00		45.195,00
009	036	258	D.02.02.20.E0.00	OUTROS	11.500,00
*	009	036	D.02.02.20.E0.00		11.500,00
009	036	258	D.02.02.22.00.00	SERVIÇOS DE SAÚDE	1.093,00
*	009	036	D.02.02.22.00.00		1.093,00

Mapa do orçamento Inicial Despesa  
2017

Prog.	Med.	Act\Proj	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Dotação Inicial
009	036	258	D.02.02.25.00.00	OUTROS SERVIÇOS	1.035,00
*	036	258	D.02.02.25.00.00		1.035,00
009	036	258	D.04.08.02.B0.00	OUTRAS	5.300,00
*	036	258	D.04.08.02.B0.00		5.300,00
009	036	258	D.06.02.01.00.00	IMPOSTOS E TAXAS	10.000,00
*	036	258	D.06.02.01.00.00		10.000,00
009	036	258	D.07.01.07.A0.A0	HARDWARE DE COMUNICACOES	5.334,00
*	036	258	D.07.01.07.A0.A0		5.334,00
009	036	258	D.07.01.08.A0.A0	SOFTWARE DE COMUNICACOES	16.600,00
*	036	258	D.07.01.08.A0.A0		16.600,00
009	036	258	D.07.01.09.A0.B0	OUTROS	1.000,00
*	036	258	D.07.01.09.A0.B0		1.000,00
009	036	957	D.06.02.03.R0.00	RESERVA	20.070,00
*	036	957	D.06.02.03.R0.00		20.070,00
**	009				740.000,00
***	009				740.000,00
*****	F. Finan. 123				740.000,00

Mapa do orçamento Inicial Despesa  
2017

Prog.	Med.	Act\Proj	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Dotação Inicial
009	036	109	D.07.03.05.00.00	BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	500.000,00
*	009	036	D.07.03.05.00.00		500.000,00
**	009	036			500.000,00
***	009				500.000,00
****	F. Finan. 129				500.000,00

Mapa do orçamento Inicial Despesa  
2017

Prog.	Med.	Act\Proj	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Detacção Inicial
009	036	109	D.02.02.20.E0.00	OUTROS	7.837,00
*	036	109	D.02.02.20.E0.00		7.837,00
009	036	109	D.07.03.05.00.00	BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	44.933,00
*	036	109	D.07.03.05.00.00		44.933,00
**	009				52.770,00
***	009				52.770,00
****	F. Finan. 161				52.770,00

Mapa do orçamento Inicial Despesa  
2017

Prog.	Med.	Act\Proj	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Dotação Inicial
009	036	106	D.02.02.20.E0.00	OUTROS	2.500,00
*	009	036	D.02.02.20.E0.00		2.500,00
009	036	258	D.01.01.03.00.00	PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA	5.500,00
*	009	036	D.01.01.03.00.00		5.500,00
009	036	258	D.02.02.13.00.00	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	2.000,00
*	009	036	D.02.02.13.00.00		2.000,00
**	009	036			10.000,00
***	009				10.000,00
****	F. Finan. 167				10.000,00

Mapa do orçamento Inicial Despesa  
2017

Prog.	Med.	Act\Proj	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Dotação Inicial
009	036	109	D.02.02.20.E0.00	OUTROS	7.837,00
*	009	036	D.02.02.20.E0.00		7.837,00
	009	036	D.07.03.05.00.00	BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	1.231.498,00
	009	036	D.07.03.05.00.00		1.231.498,00
**	009	036			1.239.335,00
***	009				1.239.335,00
*****	F. Finan. 169				1.239.335,00

Mapa do orçamento Inicial Despesa  
2017

Prog.	Med.	Act\Proj	Classi. Económica	Descrição da Classificação Económica	Dotação Inicial
009	036	109	D.02.02.20.E0.00	OUTROS	23.511,00
*	009	036	D.02.02.20.E0.00		23.511,00
009	036	109	D.07.03.05.00.00	BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	1.072.233,00
*	009	036	D.07.03.05.00.00		1.072.233,00
**	009	036			1.095.744,00
***	009				1.095.744,00
*****	F. Finan.	216			1.095.744,00

Mapa do orçamento Inicial Despesa  
2017

Prog.	Med.	Act\Proj	Classi. Económica	Descrição da Classificação Económica	Detacção Inicial
	009	106	D.02.02.20.E0.00	OUTROS	7.500,00
*	009	106	D.02.02.20.E0.00		7.500,00
	009	258	D.01.01.03.00.00	PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNÇÃO PUBLICA	20.000,00
*	009	258	D.01.01.03.00.00		20.000,00
	009	258	D.02.02.13.00.00	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	2.500,00
*	009	258	D.02.02.13.00.00		2.500,00
**	009				30.000,00
***	009				30.000,00
****	F. Finan.	221			30.000,00
*****	Área funci	253			4.600.516,00
*****	Orgânica Legal	080030400			4.600.518,00



Mapa do orçamento Inicial Despesa  
2017

Prog.	Med.	Act\Proj	Classi. Económica	Descrição da Classificação Económica	Dotação Inicial
009	036	10052	D.07.03.05.00.00	BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	76.309,00
*	009	036	D.07.03.05.00.00		76.309,00
**	009	036			76.309,00
***	009				76.309,00
****				F. Finan. 151	76.309,00

Mapa do orçamento Inicial Despesa  
2017

Prog.	Med.	Act\Proj	Classi. Económica	Descrição da Classificação Económica	Dotação Inicial
009	036	10052	D.07.03.05.00.00	BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	111.672,00
*	036	10052	D.07.03.05.00.00		111.672,00
**	036				111.672,00
***	009				111.672,00
****	F. Finan. 216				111.672,00
*****	Área funci 253				187.981,00
*****	Orgânica Legal 089503900				187.981,00
*****	Empresa 2289				4.788.499,00

2289

DRCALG

Todas as Orgânicas Legais  
Todas as Áreas Funcionais  
Todas as Fontes de Financiamento

Página 13

Data de emissão: 02.01.2017  
Hora de emissão: 10:16:36

Mapa do orçamento Inicial Despesa  
2017

Prog.	Med. Act\Proj	Classi. Econômica	Descrição da Classificação Econômica	Dotação Inicial
*****				4.788.499,00

Mapa do orçamento Inicial Receita  
2017

Prog.	Med.	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Previsão Inicial
* 009	036	R.99.99.98.01.00	Orçamento Funcionamento - Correntes	932.669,00
* 009	036	R.99.99.98.01.00		932.669,00
* 009	036	R.99.99.98.02.00	Orçamento Funcionamento - Capital	236.245,00
* 009	036	R.99.99.98.02.00		236.245,00
** 009	036			1.168.914,00
*** 009				1.168.914,00
**** F. Finan. 111				1.168.914,00

Mapa do orçamento Inicial Receita  
2017

Prog.	Med.	Classi. Económica	Descrição da Classificação Económica	Previsão Inicial
* 009	036	R.07.02.01.01.08	Org MC -Aluguer espaços e equipam	30.000,00
		R.07.02.01.01.08		30.000,00
* 009	036	R.07.02.08.01.08	Org MC -Serv soc recreat cultur e desp	710.000,00
		R.07.02.08.01.08		710.000,00
** 009	036			740.000,00
*** 009				740.000,00
*****	F. Finan.	123		740.000,00

Mapa do orçamento Inicial Receita  
2017

Prog.	Med.	Classi. Económica	Descrição da Classificação Económica	Previsão Inicial
009	036	R.10.03.08.01.08	Org MC -Rec consig-Administ Ctral-SFA	500.000,00
*	009	R.10.03.08.01.08		500.000,00
**	009	036		500.000,00
***	009			500.000,00
****	F. Finan. 129			500.000,00

Mapa do orçamento Inicial Receita  
2017

Prog.	Med.	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Previsão Inicial
009	036	R.10.01.02.01.08	Org MC -Privadas	26.385,00
*	009	R.10.01.02.01.08		26.385,00
009	036	R.10.05.01.01.08	Org MC -Continente	26.385,00
*	009	R.10.05.01.01.08		26.385,00
**	009	036		52.770,00
***	009			52.770,00
****	F. Finan. 161			52.770,00

Mapa do orçamento Inicial Receita  
2017

Prog.	Med.	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Previsão Inicial
009	036	R.07.02.99.99.08	Org MC -Outros- Outr servicos	10.000,00
*	009	R.07.02.99.99.08		10.000,00
**	009	036		10.000,00
***	009			10.000,00
****	F. Finan.	167		10.000,00



Mapa do orçamento Inicial Receita  
2017

Prog.	Med.	Classi. Económica	Descrição da Classificação Económica	Previsão Inicial
* 009	036	R.10.03.08.01.08	Org MC -Rec consig-Administ Ctral-SFA	1.239.335,00
	036	R.10.03.08.01.08		1.239.335,00
** 009	036			1.239.335,00
*** 009				1.239.335,00
*****	F. Finan. 169			1.239.335,00

Mapa do orçamento Inicial Receita  
2017

Prog.	Med.	Classif. Económica	Descrição de Classificação Económica	Previsão Inicial
009	036	R.06.09.01.01.08	Org MC -PEDER - Interv e ações especif	1.095.744,00
*	009	R.06.09.01.01.08		1.095.744,00
**	009	036		1.095.744,00
***	009			1.095.744,00
*****	F. Finan. 216			1.095.744,00

Mapa do orçamento Inicial Receita  
2017

Prog.	Med.	Classi. Económica	Descrição da Classificação Económica	Previsão Inicial
009	036	R.06.09.01.01.08	Org MC -FEDER - Interv e acoes especif	30.000,00
*	009	R.06.09.01.01.08		30.000,00
**	009	036		30.000,00
***	009			30.000,00
****	F. Finan. 221			30.000,00
*****	Orgânica Legal 080030400			4.836.763,00

Mapa do orçamento Inicial Receita  
2017

Prog.	Med.	Classi.	Económica	Descrição da Classificação Económica	Previsão Inicial
009	036	R.99.99.99.02.00		Orçamento Investimento - Capital	76.309,00
*	009	R.99.99.99.02.00			76.309,00
**	009	036			76.309,00
***	009				76.309,00
****	F. Finan. 151				76.309,00

Mapa do orçamento Inicial Receita  
2017

Prog.	Med.	Classif. Económica	Descrição da Classificação Económica	Previsão Inicial
009	036	R.06.09.01.01.08	Org MC -FEDER - Interv e acoes especific	111.672,00
*	009	R.06.09.01.01.08		111.672,00
**	009	036		111.672,00
***	009			111.672,00
****	F. Finan. 216			111.672,00
*****	Orgânica Legal 089503900			187.981,00
*****	Empresa 2289			5.024.744,00

Mapa do orçamento Inicial Receita  
2017

Prog.	Mod.	Classi.	Econômica	Descrição da Classificação Econômica	Previsão Inicial
*****					5.024.744,00

**Mapa de Pessoal 2016 (art.º 5.º LYCR)**

Atribuições/competências/atividades	Unidade orgânica (1)	Cargos/carreiras/categorias						N.º de postos de trabalho	OBS (a,b)	
		Director Regional serviços (1)	Director de divisão (1)	Técnico superior (1)	Coordenador técnico	Assistente técnico	Assistente operacional			
Direção - Coordenação	Direção Regional - Decreto-Lei n.º 114/2012, 25/5	1						1		
Realização de acompanhamento de estruturas associativas locais; Grandes opções do Plano - Barómetro Regional para as Artes e Cultura do Algarve; Plataforma Regional das Artes e Cultura				1					1	Assessoria/Comunicação
Acompanhamento de estruturas profissionais e projetos cofinanciados				1					1	Economia
Motorista da Direção. Apoio logísticos nas deslocações e material.						1			1	Motorista
Secretariado da Exma Senhora Diretora Regional			1	0	2	0	1	1	5	Secretária
Direção - Coordenação			1						1	
Elaboração de pareceres na área de engenharia civil, realização de planos de manutenção, acompanhamento da execução de obras de e de execução dos planos de manutenção dos monumentos afetos.					1				1	Engenharia Civil
Elaboração de pareceres na área de imóveis classificados e em vias de classificação, realização de estudos sobre o património cultural algarvio e sobre os monumentos afetos, acompanhamento de grupos					4				4	História
Serviço educativo dos monumentos.										
Elaboração de pareceres na área da salvaguarda de PATA e relatórios de arqueologia, realização de trabalhos arqueológicos nos monumentos afetos										
Apoio aos eventos e à comunicação da DRC Algarve - Newsletter, blog, facebook e página web.										
Elaboração de pareceres na área da salvaguarda de PATA, fiscalização de trabalhos arqueológicos.				1				1	Arqueologia	
Gestão das lojas e merchandising dos monumentos e colaboração no inventário nacional de património cultural imaterial (INPCI).				1				1	Sociologia	
Acompanhamento das atividades de dinamização dos monumentos afetos.										
Elaboração de pareceres de salvaguarda, realização de estudos e projetos, elaboração dos planos de intervenção prioritária nos monumentos da região.				2				2	Arquitectura	
Elaboração de pareceres de salvaguarda, realização de estudos e projetos, acompanhamento de intervenções em bens culturais imóveis classificados.	Direção de Serviços dos Bens Culturais - Portaria 227/2012, de 3 de agosto									
Apoio Administrativo à DSBC, nomeadamente aos processos de salvaguarda.							2	2	Administrativa	
Apoio Administrativo à DSBC, nomeadamente na gestão dos monumentos, pessoal e gestão corrente.										
Apoio na elaboração de cartografia na área da salvaguarda e monumentos afetos e realização de trabalhos na área do desenho técnico								1	1	Desenho
Quando 1 trabalhador está de férias é necessário o outro realizar trabalho extraordinário										
1px - Abertura Monumento da Ermida de Nossa Senhora da Guadalupe							16	16	16	Recepção
8px - Abertura Monumento da Fortaleza de Sagres (7 dias por semana)										
5 px - Abertura centro expositivo										
Vigilância nocturna da Fortaleza de Sagres (101 horas mensais)							4	4	4	Vigilância
										b) 4 trabalhadores

Mapa de Pessoal 2016 (art.º 5.º IVCR)

Atribuições/competências/atividades	Unidade orgânica (1)	Cargos/carreiras/categorias						Área de formação académica e/ou profissional	N.º de postos de trabalho	OBS (a,b)
		Director Regional (1)	Director de serviços (1)	Chefe de divisão (1)	Técnico superior (1)	Coordenador técnico	Assistente técnico			
Abertura e Vigilância do Auditório da Fortaleza de Sagres								Vigilância	1	
Limpeza das instalações de Milreu (101 horas mensais)								Limpeza	1	b) 1 trabalhador
<b>Direção - Coordenação</b>		0	1	0	9	0	19	5	35	
Realização dos mapas contabilísticos mensais e registo no DGO e SIGO. Acompanhamento dos pedidos na área financeira realizados pela tutela, Secretária-Geral e GEPAC, bem como às comunicações previstas na legislação. Execução financeira dos orçamentos de Funcionamento e Investimento, acompanhamento financeiro do PRVPS, inscrição em orçamento das verbas provenientes do PIT, PIPITAL, FEDER e POCTEP. Registo das Alterações Orçamentais, Créditos Especiais, RAPs e RNAPs. Movimentação das garantias bancárias, reconciliações bancárias.				1					1	
Coordenação da Fortaleza de Sagres. Acompanhamento físico e financeiro do PRVPS. Aquisição de mercadorias para venda nas lojas dos monumentos afetos e seu registo no Gerfip. Apuramento da receita realizada nos monumentos e apresentação de resultados da mesma.					1				1	
Apoio jurídico a todas as áreas da DRG Algarve - pessoal, associativismo e salvaguarda, acompanhamento dos procedimentos de aquisição de serviços.										
Apoio aos Recursos Humanos e Contabilidade. Realização de processos de despesa financeiros, arquivo, atendimento. Formação do pessoal. Realização dos procedimentos para participação nos procedimentos de acordo Quadro. Tratamento dos requerimentos de Certidões de Direito de preferência.							1		1	
Coordenação técnica da área financeira. Realização dos processos de despesa financeira, Emissão da receita e registo da mesma no Gerfip e no SGR. Controlo do Homebanking. Emissão de faturas. Contacto os fornecedores. Preparação e movimentação do IVA no Portal das Finanças. Registo da movimentação das viaturas na ANCP, bem como registo mensal na NAS dos gastos com os encargos das instalações e comunicações da sede e monumentos afetos e outras.										
Coordenação técnica da área dos recursos humanos. Elaboração dos vencimentos, gestão de férias faltas e licenças, assiduidade, informação e processamento de abonos, resposta aos mapas previstos na legislação e solicitados superiormente na área de recursos humanos sempre que necessários. Registos e movimentações para actualização do Inventário. Balanço Social e outras.										
Expediente, Arquivo, Atendimento ao Público e Telefónico									1	Atendimento e Expediente
		0	0	1	3	2	1	1	8	
		1	1	1	14	5	21	8	46	

(1) Identificar diploma legal que criou o cargo.  
(a) - mencionar número de postos de trabalho a preencher com relação jurídica por tempo determinado  
(b) - mencionar número de postos de trabalho a tempo parcial







REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
CULTURA

cult  
alg

Direção Regional de  
Cultura do Algarve

### Plano de Formação 2017

ÁREA	FORMANDOS				NOTAS
	Dirigente	Téc. Sup.	Ass. Téc.	Ass. Oper.	
Formação de dirigentes					
Assuntos Europeus e cooperação		1			
Gestão Organizacional		1	1		
Gestão de Pessoas		1	1	1	
Assuntos Jurídicos		1	1		
Contabilidade e Finanças	1	1	1		
Liderança e desenvolvimento Pessoal	1	1			
Tecnologias de informação		1	1	1	
Edificação e urbanização		1			
Património	1	1			
Sistema de informação Geográfica		1			
Cultura	1	1			
Formação Parceria com IEFP			4	3	

MISSÃO: "criação de condições de acesso aos bens culturais, o acompanhamento das atividades e a fiscalização das estruturas de produção artística financiadas pelos serviços e organismos da área da cultura, o acompanhamento das ações relativas à salvaguarda, valorização e divulgação do património cultural imóvel, e o apoio a museus."

## Objectivos Estratégicos

## DESIGNAÇÃO

OE1: Valorizar o capital humano

OE2: Assegurar a melhoria contínua no processo de cooperação regional

OE3: Melhorar a comunicação e o acesso à cultura

OE4: Salvaguardar, conservar, preservar e requalificar património

OE5: Aumentar as receitas próprias

## Objectivos Operacionais

## Eficácia

PESO

40%

## OO1. Promover a fruição e divulgar o património e melhorar os sistemas de informação e comunicação da DR CALG

10%

INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação
1. N.º de ações para melhorar comunicação interna e externa	4	4	4	2	7	60%				
2. e exposições; número de espetadores de eventos de carácter cultural realizados nos monumentos e sítios arqueológicos	431.075	470.000	390.794	3.869	488.493	40%				

## OO2. Continuar a desenvolver a linha editorial para as publicações e material promocional

25%

INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação
3. Nº de edições publicadas pela DR CALG	10	2	2	1	4	100%				

## OO3. Promover a salvaguarda, valorização e proteção do património cultural da região

50%

INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação
4. N.º de procedimentos submetidos à DGPC de classificação de imóveis e ZEP	8	8	8	2	11	20%				
5. N.º de ações de conservação, de restauro e de requalificação do património edificado	7	8	8	0	10	25%				
6. N.º de ações de conservação, de restauro e de requalificação do património móvel (e do património móvel integrado)	n/d	n/d	2	0	5	10%				
7. Taxa de acompanhamento das intervenções de conservação, de restauro e de requalificação do património edificado, móvel e móvel integrado realizadas na região (% de intervenções monitorizadas relativamente ao número total de intervenções)	70%	70%	70%	10%	85%	25%				
8. Taxa de acompanhamento dos trabalhos arqueológicos realizados na região (% de intervenções monitorizadas relativamente ao nº total de intervenções)	n/d	n/d	70%	10%	85%	20%				

## OO4. Aumentar as receitas próprias

15%

INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação
9. Taxa de aumento da receita cobrada no ano de 2016 em comparação com a receita orçamentada para o ano de 2016 (Receitas cobradas em 2016/Receitas orçamentada 2016 *100)	4%	3%	3%	1%	5%	100%				

## Eficiência

PESO

30%

## OO5. Promover o apoio e o acompanhamento das atividades culturais apoiadas na região

60%

INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação
10. N.º de projetos de criação e produção artística/cinematográfica apoiados	41	55	61	1	76	60%				
11. Taxa de atividades próprias acompanhadas (% atividades próprias sobre as atividades acompanhadas *100)	80%	80%	80%	10%	100%	40%				

## OO6. Concretizar parcerias que contribuam para a salvaguarda e valorização dos bens culturais e patrimoniais da região

40%

INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação
12. N.º de propostas de candidatura ou integração de candidaturas de rotas temáticas	2	2	2	1	3	40%				
13. N.º de reuniões com entidades externas relativas a propostas de parceria	7	7	7	2	10	60%				

## Qualidade

PESO

30%

## OO7. Adotar procedimentos de boas práticas no atendimento ao cidadão e monitorização do grau de satisfação dos cidadãos e clientes da DR CALG e visitantes dos monumentos

20%

INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação
14. Prazo de apresentação dos resultados de questionário aos visitantes dos monumentos com entrada controlada, com tratamento dos respetivos dados, em meses	11	11	11	1	9	100%				

## OO8. Promover a formação profissional

40%

INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação
15. Taxa de frequência (trabalhadores da DR CALG) em sessões formativas	40%	40%	40%	10%	55%	100%				

009. Promover a medicina no trabalho											25%
INDICADORES		2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação
16	N.º de trabalhadores submetidos a consulta médica no âmbito da segurança e saúde no trabalho/N.º total de trabalhadores em 2016.12.31 *100	70%	40%	40%	10%	100%	100%				

0010. Monitorizar os indicadores de desempenho das unidades homogéneas (imóveis afetos), de forma a garantir a sua comparabilidade											15%
INDICADORES		2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação
18	Prazo para realização relatório anual, expresso em dias	59 dias	59 dias	59 dias	15	31	100%				

### NOTAS EXPLICATIVAS

Objectivos Relevantes: 3, 5, 6 e 8

Crítérios de seleção: O n.º de objetivos relevantes escolhidos (4) é igual/superior ao n.º de objetivos relevantes exigidos (pelo menos metade dos objetivos operacionais do Instituto). A soma da percentagem de contribuição para a avaliação final destes 4 objetivos operacionais é de 62% (superior aos 50% exigidos).

Recursos Humanos						
DESIGNAÇÃO	Pontuação CCAS	Quadro pessoal aprovado	Pontos planeados	Realizado		
				UERHE	Pontuação	DESVIOS
Dirigentes - Direcção Superior	20	1	20			
Dirigentes - Direcção intermédia e chefes de equipa	16	2	32			
Técnico Superior - (inclui especialistas de informática)	12	14	168			
Coordenador Técnico - (inclui chefes de secção)	9	2	18			
Assistente Técnico - (inclui técnicos de informática)	8	16	128			
Encarregado geral operacional	7		0			
Encarregado operacional	6		0			
Assistente operacional	5	8	40			
<b>Total</b>		<b>43</b>	<b>406</b>			

Notas:

### Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIOS
Orçamento de funcionamento	4.788.499 €		
Despesas com Pessoal	1.081.006 €		
Aquisições de Bens e Serviços	425.389 €		
Outras despesas correntes	222.525 €		
Despesas restantes	2.871.598 €		
Orçamento de Investimento	187.981 €		
Outros	- €		
<b>TOTAL (OF+Orçamento Investimento+Outros)</b>	<b>4.788.499,00 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>

Notas:

### JUSTIFICACAO DE DESVIOS

AVALIAÇÃO FINAL	Taxa Realização	Classificação
<b>Eficácia</b>		
OO1. Promover a fruição e divulgar o património e melhorar os sistemas de informação e comunicação da DRCALG		
OO2. Continuar a desenvolver a linha editorial para as publicações e material promocional		
OO3. Promover a salvaguarda, valorização e proteção do património cultural da região		
OO4. Aumentar as receitas próprias		
<b>Eficiência</b>		
OO5. Promover o apoio e o acompanhamento das atividades culturais apoiadas na região		
OO6. Concretizar parcerias que contribuam para a salvaguarda e valorização dos bens culturais e patrimoniais da região		
<b>Qualidade</b>		
OO7. Adotar procedimentos de boas práticas no atendimento ao cidadão e monitorização do grau de satisfação dos cidadãos e clientes da DRCALG e visitantes dos monumentos		
OO8. Promover a formação profissional		
OO9. Promover a medicina no trabalho		
OO10. Monitorizar os indicadores de desempenho das unidades homogéneas (imóveis afetos), de forma a garantir a sua comparabilidade		

Indicadores		Fontes de Verificação
<b>Eficácia</b>		
1	N.º de ações para melhorar comunicação interna e externa	Informações técnicas
2	Número de visitantes de monumentos, sítios arqueológicos e exposições, número de espetadores de eventos de carácter cultural realizados nos monumentos e sítios arqueológicos	Relatório de indicadores de desempenho das unidades homogéneas/plataformas eletrónicas (cultalg.pt, monumentosdoalgarve.pt, pt.facebook.com/DRCALg
3	Nº de edições publicadas pela DRCALG	Contab
4	N.º de procedimentos submetidos à DGPC de classificação de imóveis e ZEP	Sistema de Informação Ulisses
5	N.º de ações de conservação, de restauro e de requalificação do património edificado	Sistema de Informação Ulisses
6	N.º de ações de conservação, de restauro e de requalificação do património móvel (e do património móvel integrado)	Sistema de Informação Ulisses
7	Taxa de acompanhamento das intervenções de conservação, de restauro e de requalificação do património edificado, móvel e móvel integrado realizadas na região (% de intervenções monitorizadas relativamente ao número total de intervenções)	Atas/Folhas de livros de Obra com n.º de Csdoc no sistema de Informação Ulisses
8	Taxa de acompanhamento dos trabalhos arqueológicos realizados na região (% de intervenções monitorizadas relativamente ao nº total de intervenções)	Atas/Folhas de livros de Obra com n.º de Csdoc no sistema de Informação Ulisses
9	Taxa de aumento da receita cobrada no ano de 2016 em comparação com a receita orçamentada para o ano de 2016 (Receitas cobradas em 2016/Receitas orçamentada 2016 *100)	Gerfip
<b>Eficiência</b>		
10	N.º de projetos de criação e produção artística/cinematográfica apoiados	Contab; Gerfip
11	#REF!	Contab
12		Contab
13	N.º de propostas de candidatura ou integração de candidaturas de rotas temáticas	Contab; Formulários
14	N.º de reuniões com entidades externas relativas a propostas de parceria	Atas; Reuniões; Conta
15	Prazo de apresentação dos resultados de questionário aos visitantes dos monumentos com entrada controlada, com tratamento dos respetivos dados, em meses	Contab
16	Taxa de frequência (trabalhadores da DRCALG) em sessões formativas	RAF; Balanço Social
17	N.º de trabalhadores submetidos a consulta médica no âmbito da segurança e saúde no trabalho/N.º total de trabalhadores em 2016.12.31 *100	Balanço Social; Contab; Processo Individual
18	Prazo para realização relatório anual, expresso em dias	Relatório de Monitorização e Relatório de Atividades